



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 142

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	2178
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	2179

TAQUIGRAFIA

ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 29 de agosto de 2013

“PARA TRATAR SOBRE INDENIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DO
MASSACRE DE CORUMBIARA”

Presidência dos Srs.
Hermínio Coelho - Presidente
Claudio Carvalho - Deputado

Mestre de Cerimônia o Sr. Lenilson Guedes

(Às 15 horas e 06 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (MESTRE DE CERIMÔNIA) – Senhoras e senhores, boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo o Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cláudio Carvalho, realiza Audiência Pública objetivando discutir sobre a Indenização das Vítimas do Massacre de Corumbiara.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo o Senhor Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, o Deputado Cláudio Carvalho,

proponente desta Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Anselmo de Jesus Abreu, o Deputado Federal Bancada de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Padre Ton, da Bancada Federal de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Vereador Valdinei Antônio Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Corumbiara; Senhor Felipe Svidersk, Representante das Vítimas do Massacre de Corumbiara; Presidente da Câmara Municipal de Corumbiara Valdinei Antônio Coelho; Dr. Helio Vicente de Matos, representando a Defensoria Pública do Estado; Reverendíssimo Dom Geraldo Verdier, Bispo Emérito de Guajará-Mirim; Senhor Fábio Menezes, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a Indenização e outros assuntos relacionados ao Massacre de Corumbiara.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) - Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araujo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Cumprimentamos nosso Deputado proponente dessa Audiência Pública, Deputado Cláudio Carvalho. Quero cumprimentar também o nosso Deputado Federal da Bancada de Rondônia, nosso companheiro Anselmo de Jesus; o nosso Deputado Federal Padre Ton, da Bancada Federal de Rondônia; o Vereador Valdinei Antônio Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Corumbiara. Obrigado presidente pela presença, também do Dr. Hélio Vicente de Matos; representando a Defensoria Pública do Estado, nosso Dom Geraldo Verdier, Bispo Emérito de Guajará-Mirim. Obrigado Dom Geraldo pela presença; Presidente da FETRAGRO – Federação dos Trabalhadores da Agricultura,

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Fábio Meneses, e Felipe Svidersq; representante das Vítimas do Massacre de Corumbiara.

Quero agradecer a todos que estão presentes, a imprensa, os nossos servidores da Casa, todos que estão participando; o nosso companheiro Itamar, Presidente da CUT; nosso Deputado Estadual meu companheiro Deputado Ribamar Araujo; a minha companheira Deputada Epifânia.

Dizer que tem aqui o nosso Defensor Público que está participando da Audiência, representando a nossa Defensoria do Estado. Não está aqui representando..., o nosso Hélio Vicente de Matos, está aqui representando a Defensoria Pública do Estado, não o Governo que, infelizmente, mais uma vez não participa das discussões importantes que existem no Estado, principalmente essa questão do Massacre de Corumbiara porque foi o principal causador de toda essa situação, de todo esse massacre, foi o Governo de Rondônia. Infelizmente, eles não têm ninguém representando o Governo, representando o Estado. A gente quer primeiro, já repudiando a atitude no mínimo covarde, do Governo de não mandar pelo menos um representante aqui para participar desse debate que infelizmente, é uma vergonha para Rondônia. As pessoas que foram vítimas desse massacre estão até hoje nessa situação que estão, e eles não dão nem justificativa nenhuma, e casos parecidos com o massacre de Corumbiara já aconteceram em outros Estados, por exemplo, no Pará, bem mais recente. Lá as coisas pelo menos no sentido de indenizar e fazer algum reparo às vítimas já estão sendo encaminhadas, infelizmente aqui em Rondônia, não tem nada encaminhado, inclusive, tem leis aprovada aqui na Assembleia, onde eles tinham que estar atendendo pelo menos algumas famílias com algum tipo de ajuda, com salários me parece, que no início era dois salários mínimos, nunca cumpriram, depois diminuíram para um, e continuam não cumprindo.

Vamos dar abertura a Audiência.

Passo a palavra ao nosso Chefe do Cerimonial.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sim Senhor, Presidente.

Bom, nós vamos registrar mais uma vez Senhor Presidente, as presenças dos Excelentíssimos Senhores Deputados, Epifânia Barbosa, e Ribamar Araujo. Registrar e agradecer as presenças do Excelentíssimo Senhor Dr. Rafael Luiz Pereira Beviláqua; Procurador da República do Ministério Público Federal, Atanael João de Lima; Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Azul Distrito de Nova Mamoré, Senhor Itamar Ferreira; Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, senhor José Cícero Alves; Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Dr. Cássio Vidal; representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Vinicius Miguel; representando a Universidade Federal de Rondônia, o Dr. Neomaier Pereira; Advogado das Vítimas do Massacre de Corumbiara, Excelentíssimo Dr. Alexandre Fonseca; representando a Procuradoria Geral do Estado, Excelentíssimos Senhores Vereadores Geraldo Pereira, Vilmar José Cardoso; da Câmara Municipal de Corumbiara, senhor Mário Veronese; representando o SEBRAE-RO, a senhora Tereza Costa de Souza; Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de

Chupinguaia, senhor Udo Walhbrink; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia, o senhor Genadir Ribeiro; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Corumbiara, Senhor Divino Borges; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cerejeiras e Pimenteiras, Senhor Ecimar Viana Rosa; Secretário de Políticas Sociais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO, Senhores trabalhadores rurais do Município de Vilhena, Theobroma, Chupinguaia, Cerejeiras, Corumbiara, Pimenteiras, Theobroma, e Distrito de Palmares, o senhor Gilson de Brito; Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vale Taboca Chupinguaia – RO, senhora Luciana Barbosa; representante da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Água Viva Corumbiara, senhor Eliel Siqueira; Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Novo Plano Chupinguaia – RO, o senhor Claudemir Fracasso; Presidente da Associação dos Agricultores da Família da Linha 03 Corumbiara, Senhor Ademir Aparecido Clementino; Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Barro Branco – Chupinguaia, senhor Valdivino Sutil de Lima; Vice-Presidente da Associação Flor da Serra, lá em Vilhena; senhores representantes de Associações; senhora Vilma Cruz, Assessora Parlamentar da Deputada Federal Marinha Raupp, e o Senhor Lazineho; Vice-Presidente da FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Senhor Presidente, antes de darmos sequência as falas, iniciar as falas, nós vamos assistir a dois vídeos que retratam, logo após o momento, lá do chamado Massacre de Corumbiara.

(Apresentação de dois vídeos)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos dá início as falas e vamos chamar primeiro às vítimas que vão dá aqui os depoimentos. Vou chamar aqui a companheira Rosimeire Rosa Gatti, de Cerejeiras.

A SRA. ROSIMEIRE ROSA GATTI – Boa tarde a todos! Eu sou sobrevivente do massacre da Santa Elina, em 95, onde vocês viram aí passando na fita o que aconteceu conosco. O que vocês viram aqui nem a metade do que aconteceu lá. Só nós que estávamos lá, é que sabemos contar o quê que nós presenciamos, o que eu vi, que todos os companheiros que estavam lá sofreram.

Eles chegaram às 3 horas e 30 minutos da manhã de uma quarta feira, de 1995 no mês de agosto, lançando bomba com fogo e gás lacrimogêneo, aí eu peguei um pano com vinagre e saí socorrendo as crianças, porque estava sufocando as crianças e outros com balde de água, para apagar o fogo que estava pegando nas barracas com crianças recém nascidos dentro. E nós não sabíamos o que fazer, se cuidava de um ou de outro. Era tiro para todo lado. Quando começou clarear o dia eles entraram nos acampamentos, mandaram todos nós deitar no chão com a mão na cabeça, sem olhar para a cara deles. Eles começaram a correr por cima da gente de calçado e dando pancadas. Ligou o motosserra e cortou a cabeça do companheiro que estava caído aos meus pés. Chegou um com a meia preta na cara, só a camisa, me lembro que deu para

mim ver, parece que era uma camisa igual a camisa da civil, não deu para mim olhar, porque ele falava para eu não olhar para ele e ele me tirou. Perguntou o meu nome e eu falei. Ele falou: o que você está fazendo aqui? Eu falei: eu estou acampada junto com o pessoal. Ele me tirou do meio do pessoal, mais nove mulheres, dez comigo. E chegando lá, quando eu passei no riozinho, estava vermelho de sangue, eu falei: meu Deus! estão matando todos os nossos companheiros. E aí ele deixou as nove e levou só eu. Fiquei duas horas sendo escudo dele. Ele me batia, me xingava. Tinha um morro para subir, ele montou na minha costa, eu cair com ele, ele me levantou no chute. Quando chegou lá, matou os dois companheiros nosso, matou nos meus pés. Todo tempo com o revólver no meu ouvido, falando que ia me matar, só que quando chegou lá, matou os dois companheiros. Eu vi eles morrendo. Morreram todos dois com a mão na cabeça, sem defesa nenhuma e em volta de mim não tinha só este que estava me batendo, tinha mais. Eu não sei se era polícia ou pistoleiro, estavam todos encapuzados e eles não deixavam olhar para cara deles, era o tempo todo me batendo, mas consegui resistir até chegar lá onde mataram os meus dois companheiros. Eu vi eles morrendo. Jogaram sangue em mim. Aí ele falou: agora eu vou te matar e vou jogar em cima desses dois, cambada de porcos. E aí saiu um policial do nada, me lembro como se fosse agora. E disse: não mata não, chega, para com isso, ele só me empurrou e antes disso ele me deu uma pancada na cabeça, e eu fiquei tonta. Esse policial me ajudou, me socorreu e me levou de volta para o acampamento.

Como estão vendo aí, diante de tudo que passamos ainda continuamos sem nada, sem resposta, sem nada. Nós queremos a nossa indenização, nós cobramos, nós não queremos enricar. Nós queremos pelo menos que ajudem pelo menos as vítimas que ficaram com seqüelas para fazerem tratamento, porque nós não temos condições de tirar do nosso bolso para fazer tratamento. Quando a gente fica doente por conta de sequela do acontecido, procura o hospital, é uma vergonha. Quando nós chegamos lá, não querem receber a gente, é aquele mau trato e a gente sofre até hoje. E aí eu pergunto para vocês, temos direito ou não? Esse sofrimento que nunca acaba... Nós não queremos riqueza, nós não queremos um monte de dinheiro. Nós queremos somente uma negociação com o Estado. Que os responsáveis, os juízes aceitem o nosso pedido e façam um acordo conosco, só isso que nós queremos.

Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Obrigado senhora D. Rosemeire.

Quero chamar também o companheiro José Carlos Maria Alves.

O SR. JOSÉ CARLOS MARIA ALVES – Boa tarde a todos! Em primeiro lugar eu quero reclamar o que nós passamos lá, em Santa Elina, todo mundo viu aqui o que aconteceu. Então eu não preciso falar muita coisa porque o povo já está vendo. Agora, eu gostaria de saber, de pedir a opinião pública como a Rosemeire já falou. O tanto que eu apanhei, não só eu, como os outros companheiros apanharam lá dentro, certo? Que hoje eu tenho seqüelas na cabeça, sequela na perna, hoje eu estou

todo quebrado. Então eu pediria a nossa Excelentíssima Juíza, que olhasse esse lado por nós, igual a Rose falou: nós não queremos ficar ricos, só queremos condições para se tratar. Até hoje nem um filho de Deus nos deu um comprimido para aliviar a dor, ou se levantou para nos ajudar... agora, para mandar igual o Valdir Raupp que mandou matar gente lá em Santa Elina, tem para mandar matar. Agora ajudar são poucos. Portanto eu pediria carinhosamente para Doutora, que olhasse esse lado para nós, olhasse os coitados que estão aí, os que ficaram, aqueles coitados que cada dia que passa estão morrendo. Cada dois, três meses, está morrendo um companheiro nosso, por conta do massacre de Santa Elina, por causa daquele gás. Então tem muita coisa que se eu for falar aqui eu ficaria o resto da noite, amanhã e não falaria tudo. Então eu pediria a justiça, o Governador que olhasse esse lado para nós, porque quando é para pedir voto, ele acha a nossa casa para pedir o voto. Então, porque ele não pode olhar para as pessoas carentes, pessoas que merecem? Hoje quem deveria está atendendo nós lá, está comendo carne de churrasco, com festa. não somos animais, somos seres humanos.

Eu tenho uma foto aqui, ela é pequena, mas dá para ver a situação que eu fiquei. Está aqui, os senhores podem ver aqui a situação que eu fiquei no hospital deitado no chão, porque não tinha um leito para deitar. Está aqui meu companheiro, com um tiro no ouvido. E quanto tempo, ainda? Nós fomos para Brasília e ficamos vinte e três dias, em Brasília, procurando a justiça, procurando algum objetivo para nós. Estamos agora aqui em Porto Velho, vamos para um canto e vamos para outro. Gente, pelo amor de Deus, nós queremos que faça justiça, olhem para nós, não só para mim, eu quero que olhem para todo o povo lá do massacre Santa Elina.

Quero agradecer a todos os companheiros que estão aí.

Meu muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado ao Senhor...

Chamar para fazer uso da palavra a senhora Maria Aparecida Soares.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto o senhor Presidente encaminha a senhora que vai fazer uso da palavra, eu queria... por gentileza, que se identificasse o senhor Romiraldo Dias dos Santos, Presidente da CODEVISE.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Todas essas pessoas que nós estamos chamando aqui são sobreviventes do Massacre.

A SRA. MARIA APARECIDA SOARES – Boa tarde a todos. É como disse a Rose e o outro companheiro. Não precisa nem falar muito. O que foi passado aqui, não foi nem a metade... como diz o outro, só nós que estávamos lá, sabemos qual a situação que nós passamos, o que nós vimos e o que sofremos até hoje. Eu acho, tem hora que eu penso que os que morreram, passou, foi sofrimento, mas morreu. Nós fomos

massacrados naquele tempo, hoje eu sinto que nós estamos sendo torturados, porque cada dia que passa, mais um sufoco, mais uma dor, mais uma sequela, mais uma pessoa está sendo... morrendo. Por isso eu acho que é uma tortura muito grande. Então gostaria que o Governador não fizesse como os outros Governadores fizeram, mas que olhasse para nós com coração de mãe, porque mãe tem um coração muito grande, mãe não aguenta ver um filho sofrer. Às vezes... não estou falando mal dos pais, mas às vezes os pais são mais duros e as mães tem o coração mais mole, as mães olham mais com amor pelos filhos. Então, eu pediria para o senhor Governador, a justiça do Brasil fizesse, mostrasse para que veio, que eles pudessem fazer para nós o que... não que isso fosse amenizar, não que isso vá passar, mas como disse a menina, que pudéssemos procurar um tratamento. Eu tenho uma filha, naquele tempo ela tinha um ano e sete meses, hoje ela precisa de psicólogo, eu não tenho condições de pagar um psicólogo para ela. Todos me dizem: procura um psicólogo, ela tem 19 anos, uma pessoa fechada, uma pessoa triste. Eu sinto uma dor muito grande por ter levado a minha filha para aquele lugar, mas estava procurando jeito, uma situação melhor para nós. Então, peço ao Governador que olhe para nós, para as pessoas que ainda não entraram com recurso, que ajudassem a nós e essas pessoas também. Que tivesse compaixão, olhasse com amor, com muito carinho.

O Lula não era presidente ainda, lembro que ele disse assim: Que um colchão velho, daquele que queimou, valia como se fosse um carro de luxo. Pois eu digo para vocês que valia muito mais, porque quem tem dinheiro para comprar um carro de luxo tinha dinheiro para comprar nem que fosse o mais simplesinho, e quem tinha um colchão velho daquele não tinha para nada. Muitos daqui ficaram muitos dias sem dormir, sem ter colchão, porque o que tinha foi queimado, nós ficamos sem nada. Então, que fizesse valer, que a justiça fizesse valer, porque até hoje nós estamos nesta situação. Mas vamos continuar lutando, porque não podemos perdurar nesta situação.

Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Infelizmente, este Governo não mandou ninguém para cá, não mandou nem um puxa-saco para vir aqui, infelizmente. Quero dizer que eu concordo com a senhora quando diz que o coração das mulheres é bem melhor que o dos homens. Mas esse Governo, aí, nem coração ele tem, nem coração ele tem.

Vou chamar aqui para fazer uso da palavra, Dilamar Borges, de Vilhena.

O SR. DILAMAR BORGES – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter nos trazido, nos guardado, nos trazido em paz, até este momento o Senhor nos guardou. Também quero cumprimentar a todos os companheiros, as entidades que estão nos ajudando, os movimentos sindicais, Central Única dos Trabalhadores, FETAGRO, o Doutor Neomaier que está nos ajudando, o Bispo Dom Geraldo Verdier, receba o nosso abraço porque nos ajudou na época do massacre na Santa Elina, a Mesa presente e todos os companheiros. Como já foi dito e nós todos vivemos o massacre de Corumbiara, todos nós passamos o que passamos, cada vez que é relatado, toda vez

que nós vamos ver um telão ou um vídeo as nossas lágrimas descem nos olhos, porque é difícil conter pelo o que passamos. Mas todos nós somos cientes e conscientes, o Brasil inteiro, o Estado de Rondônia inteiro, o que aconteceu foi uma barbárie no Município de Corumbiara e todos nós sofremos, além do massacre, da perda de companheiros na hora daquele tiroteio, o que passamos. Fomos torturados, ficamos o dia inteiro sobre a mão da Polícia Militar do Estado de Rondônia, debaixo de cacete, muitos foram mortos. Tem companheiros nossos que até hoje estão desaparecidos. Como uma mulher discursou aqui, vocês lembram, uma mulher grávida viu a criança falecer, viram atirar em uma mulher grávida, essa mulher está desaparecida até hoje. Alguns companheiros foram cortados, decapitados. Teve um homem que foi castrado, todos viram, os que não conseguiram ver, ouviram, depois foi serrado de motosserra, o próprio bispo catou os ossos, foi comprovado que eram ossos humanos onde foram queimados. Então eu quero fazer um apelo, da nossa parte, da parte das pessoas... muitos estão sofrendo com problemas psicológico. Eu mesmo não tenho condições de trabalhar. Por quê? Psicologicamente nós estamos abalados, muitos de nós precisamos tomar remédio controlado. Eu tenho três laudos médicos que comprovam isso. Mas eu quero fazer um apelo ao Governador do Estado de Rondônia porque ele é como um pai no Estado, se o pai não tem condições de cuidar da própria casa dele então ele não tem condições nenhuma de cuidar dos filhos. Por que não rever essa causa?

Precisa também haver uma lei para que os Deputados, desta Casa de Leis possam fazer uma Lei para nos ajudar, para que possa rever o caso de todos. Já foi falado aqui que ninguém está querendo ficar rico, mas nós estamos reivindicando os nossos direitos e pedimos, reivindicamos há 18 anos... a maioria de nós, na época, éramos de menor e fomos torturados. Tem vários companheiros que não tem condições de estar aqui como nós estamos porque estão enfermos, estão doentes nas suas casas. Não tem condição financeira, de fazer um tratamento psicológico, não tem condições de pagar uma ressonância magnética para comprovar para o médico que tem problemas na cabeça, e ficar encostado pelo INSS. Nós sabemos e vocês sabem que se qualquer um de nós for ao INSS com um laudo médico eles reprovam uma vez, reprovam duas vezes, reprova dez vezes se for preciso e dão risadas na nossa cara. Nós vivemos, infelizmente, nesse país onde as Leis são desse jeito, não somos beneficiados. Eu já fui reprovado pelo INSS não sei quantas vezes. Dou graças a Deus porque o Doutor Neomaier pegou esta causa e encaminhou a minha documentação para o INSS e judicialmente eu fui beneficiado. Então, estou assegurado com um salário, graças a Deus. Mas quantos dos meus irmãos que estão aqui que precisam disso, e quantos estão piores do que nós, não têm condições de estar aqui. E sendo conhecedor desta causa, os nossos companheiros do sindicato todos vem lutando, vem lutando. O nosso companheiro aqui, hoje, que é Vereador e que está nos ajudando, que é o Nenzinho, o Geraldinho, eles sabem, eles conhecem a situação, estão lutando para ver se alguém faz alguma coisa. Portanto, que hoje seja ouvido isso aqui no Estado de Rondônia, que possa repercutir também em nível nacional para que seja resolvida a nossa causa, que alguém possa fazer alguma coisa. Muito obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado.

Vou chamar para fazer uso da palavra o companheiro Edson Soares de Lima, de Corumbiara.

Todos esses são depoimentos das vítimas do massacre de Corumbiara.

O SR. EDSON SOARES DE LIMA – Boa tarde a todos.

Eu vou ser direto porque tem muita gente para ser ouvida.

Em 1995, o meu objetivo de estar na fazenda Santa Elina era para adquirir um pedaço de terra para trabalhar. Eu tinha apenas 17 anos, mas naquela época a polícia tirou esse direito. Gostaria de perguntar para as autoridades, pedir para me mostrar uma Lei que não permita um jovem de adquirir um pedaço de terra para trabalhar. E outra, ser detido por 24 horas em uma delegacia, sendo torturado.

Passar para outra questão.

Eu já batalhei para tentar conseguir um laudo médico, a gente vai ao Posto de Saúde não tem o médico, se vai fazer a ressonância quando fala que é vítima de Santa Elina para eles é um bicho de sete cabeças. Gostaria, também... eu fiquei sabendo hoje, aqui, que o Governo não pagou porque não tem uma lei específica para nós fazermos esse reparamento. Então porque os Deputados não fazem uma Lei e vota, faz o orçamento e vota favorável, e caba com isso? Eu nem era para estar aqui. Fico muito emocionado, não estou muito preparado para isso, porque não temos muito o que... primeiramente, passou o vídeo, e isso faz voltar toda aquela cena triste na mente da gente. Então não preciso, eu não preciso falar nada.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer ao companheiro o seguinte: Esse povo mente demais, é covarde demais e vive jogando a responsabilidade nas costas dos outros. Primeiro, se nós Deputados tivéssemos poder de fazer lei para obrigar o Governo pagar a quem ele deve, a gente fazia toda hora, mas nós não temos esse poder. Só quem tem poder... se ele quer pagar, é só ele fazer a lei e mandar para nós, que nós aprovamos. A iniciativa é dele, isso não é uma iniciativa, infelizmente, nossa. Tudo o que custa dinheiro do Estado é de iniciativa do Executivo. Ele é quem tem que fazer e mandar para nós que aprovamos, como foi aprovada aqui em 1998 a lei para que todas as famílias vítimas de Corumbiara recebessem um salário mínimo por mês. Está na lei que foi aprovada aqui na Assembleia. Eles estão pagando? Só se eles mudaram a lei. Mas se baixarem o próprio salário... eles estão pagando? Mas este Governo é covarde, é mentiroso, é ladrão. Vocês não podem acreditar neste tipo de gente. A covardia que eles fizeram com vocês em Corumbiara eles continuam fazendo com muita gente deste Estado, com a maioria dos trabalhadores deste Estado, continuam fazendo. Agora, o problema é que aqui em Rondônia, uma minoria de safados faz todo tipo de barbaridade e ninguém faz nada. Aqui quando um Deputado abre a boca eles podem prender o filho, manda colocar a gente junto com traficantes na cadeia e tira da gente o mandato. Se falarmos alguma coisa para o jornal eles ameaçam de prender ou de matar, se algum advogado falar é ameaçado, se um padre falar é ameaçado. O problema aqui é esse. Tem meia dúzia de pilantras neste Estado, desde aquela época, que judia deste Estado, que saqueia,

humilha o povo, e ninguém... parece que é normal, infelizmente. O que nós temos que fazer... acho que nós temos que agir. Não sou eu, não é o deputado Cláudio, não é o nosso bispo, é geral, é a população geral. Porque mentir e enganar eles sabem muito bem.

Chamar aqui para fazer uso da palavra o nosso companheiro, José Ferreira da Rocha, de Theobroma, que também é vítima do massacre da fazenda Santa Elina.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA ROCHA – Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

Obrigado por nos aceitar, aqui, porque nós nunca fomos aceitos.

O vídeo é uma vergonha, eu sou rondoniense e em todo Estado é uma coisa horrível.

As minhas palavras são poucas, pois o povo já falou o que tinha que falar, mas eu me sinto bem agradecido, e quero que as coisas mudem, cresçam, não morram como nasceram, que cresçam e não sobrevivam. Tem muitas coisas desse tipo.

Tem muita coisa para resolver aqui, hoje.

As minhas palavras são poucas.

Agradeço todo mundo, os companheiros. A emoção é grande de ver o vídeo que passa; as pessoas que estiveram conosco e já morreram, igual aquele senhor. Ele já morreu, ele não vai ter... não existe no meio de nós. E a vida é essa e tem muita gente sofrendo, a morte não acabou, gente.

Minhas palavras são poucas.

Eu quero agradecer todo mundo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado José Ferreira da Rocha. Vou chamar mais um companheiro que também foi vítima do massacre, companheiro Euclides dos Santos.

O SR. EUCLIDES DOS SANTOS – Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

Quero agradecer ao Senhor Deputado por ter cedido este momento para nós. Como nosso companheiro falou ali, até hoje não tinha acontecido isso. Agradecer a CUT, FETAGRO, a todos os sindicatos envolvidos nesta questão junto com a gente. Se não fosse eles a gente iria estar mais esquecidos, ainda. O advogado que está levando esta causa nossa, também agradecer a ele.

Só relembro a todos que no dia 09 de agosto, por volta das 03 da manhã, a gente foi acordado em nossas barracas, com tiros, com bombas e muito grito. Na faixa de 07 horas da manhã os policiais tomaram conta juntamente com os pistoleiros, pois teve companheiros que viram que não eram só policiais que estavam no meio da polícia. Tomaram conta do acampamento, nos colocaram deitados de cara no chão sem poder nem respirar, andaram por cima de nós com paus, batendo de um em um, matando, cortando de motosserra. Fomos levados para Colorado do Oeste como marginais, bandidos, aonde muitos policiais cercando o caminhão que fomos levados juntos com os companheiros mortos... pedimos pelo amor de Deus para socorrer os companheiros para que não morressem. Passamos por Corumbiara, Cerejeiras, e não foi atendido esse pedido. Morreram companheiros junto

conosco em cima do caminhão. Chegando a Colorado, ficamos de 10 horas até às 16 horas em cima de um caminhão, sem nenhum atendimento, sem poder nem beber uma água, sequer. Fomos presos. Ficamos, mais ou menos 50 companheiros dentro de uma cela, todo mundo de cueca, como bandido, sem atendimento nenhum, sem comida, água bebíamos na torneira. Então, eu gostaria de pedir à juíza, ao juiz, que esteja olhando para esses companheiros, que possa surgir uma luz no fim deste túnel aí, para nos ajudar.

Senhores Deputados, quero pedir ao Governador, se ele tem um coração, que olhe para nós... já prometeu nos ajudar, mas até agora, nada.

Quero agradecer pela oportunidade de estar aqui. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado companheiro.

Convido para fazer uso da palavra, o Deputado que é proponente desta Audiência, o nosso Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Boa tarde a todos companheiros e companheiras.

Quero cumprimentar à Mesa; o nobre Presidente Hermínio. Cumprimentar o Deputado Federal meu companheiro Anselmo de Jesus; Deputado Federal, meu companheiro Padre Ton; o Felipe, aqui neste ato, na Mesa, representando todas as vítimas do Massacre de Corumbiara. Cumprimentar o Vereador Nenzinho, Presidente da Câmara. Cumprimentar os Vereadores, Bagunça e o Geraldinho de Corumbiara. Quero registrar, Presidente Nenzinho, que esta Audiência Pública surgiu, justamente em uma visita que fiz em Corumbiara, mas precisamente, no Distrito de Alto Guarajus, quando nós tivemos uma reunião na volta na Câmara de Vereadores. Vocês me pediram que tomasse a frente desta situação para que pudéssemos ter essa Audiência Pública e, efetivamente, tentar ter algum resultado.

Quero cumprimentar a minha companheira Deputada Epifânia Barbosa, o companheiro Deputado Ribamar Araújo. Cumprimentar a FETAGRO, em nome do Fábio, e de todos os Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais aqui presentes, funcionários da Casa. Cumprimentar o padre também, Don Geraldo.

Senhor Presidente, o que ocorreu em 09 de agosto de 1995, mesmo eu morando aqui em Porto velho, estava no movimento sindical, e nós ficamos sabendo da notícia, acompanhei depois no movimento sindical da forma que ocorreu. O mais triste, é que voltando em Corumbiara, quando eu tive essa condição de assumir o mandato aqui na Assembleia Legislativa no dia 24 de dezembro. Retomando os trabalhos, decidi andar em todos os Municípios deste Estado, e chegando a Corumbiara descobri através dos moradores, dos sobreviventes que essas pessoas, vítimas do massacre, os sobreviventes, não tiveram nenhum reparo por parte do Estado de Rondônia. E lá, nesse dia, numa reunião, tinham muitos políticos, inclusive o que foi Governador na época, o Raupp. Eu pedi, eu disse lá naquela reunião, quem está presente aqui sabe o que eu falei.

O Estado de Rondônia, Presidente, tem uma dívida com as vítimas do massacre de Corumbiara... e naquele momento eu me dirigi a Mesa e disse: eu como recém empossado, como Deputado, assumo parte dessa dívida, para cobrar. Na época, o Deputado Anselmo estava lá, e a partir daquele dia que falei, fiz esse alerta, eu comecei a ser perseguido.

Da maneira que vocês tiveram no dia 09 de agosto a Polícia lá atirando, eu fiquei recentemente agora com quatro policiais dentro da minha casa onde moro com meus três filhos adolescentes, uma hora e cinco minutos querendo que eu entregasse arma, munição, dinheiro e droga. E a única coisa que levaram, Padre Ton, foi o meu celular, e ainda estão dizendo que eu sou ligado ao narcotráfico. Eu nunca fumei um cigarro comum na minha vida. E, aí, muitas pessoas que estão próximas de mim dizem: Cláudio você fique calado, fique quieto. Não vou ficar quieto, se for para eu ficar quieto no meu lugar, eu renuncio o meu mandato, aqui, Presidente. Eu tenho direito, pelo menos de me indignar, assistindo tudo isso que eu estou vendo. E a perseguição vai vir, vão dizer que eu estou ligado ao narcotráfico. Mas o que fizeram... o massacre não aconteceu só no dia 09 de agosto. Naquela reunião eu olhei para um companheiro que estava na minha frente quando eu usava o microfone, Sr. Deocídeo, não sei se ele está aqui, ele tem o olho furado por uma bala de borracha. Ele não tem condições de comprar um tampão para colocar no olho, e aí, no dia que se chama uma Audiência Pública, Padre Ton, pra discutir um assunto com essa relevância, e convida o governo do Estado, você sabe qual é a resposta? O silêncio e a ausência. Se foram 18 anos de silêncio e ausência. Ainda vamos vê mais perseguição para cima de qualquer um que falar desse assunto, mas não vamos nos calar, a Assembleia Legislativa... Deputada Epifânia, eu sei do seu compromisso e do compromisso do Deputado Ribamar e do Presidente Hermínio. Portanto nós precisamos, e eu vou falar desta Tribuna a cada 20 minutos. Eu garanto para vocês que eu vou falar desse assunto, como tenho feito isso Presidente Nenzinho, inúmeras vezes, inúmeras vezes. Diante de tudo isso, achamos aqui nos Anais desta Casa de Leis, são duas legislação que falam sobre esse assunto. Veja um aqui, a Lei de nº 786 de 08 de julho de 1998, cinco anos após o massacre: “que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão a herdeiros de vítima fatal do confronto de Corumbiara, e dá outras providências”.

O Governador do Estado de Rondônia faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma pensão de dois salários mínimos por vítima fatal ocorrida na invasão da Fazenda Santa Elina, no Município de Corumbiara.

Mais surpresa ainda é quando se vê uma outra lei, dez anos depois, mais precisamente, eu acho que ficou na minha mesa isso. Mas foi em 2008 que... o Presidente Fábio está me auxiliando aqui, obrigado Fábio. Mais indignado fico ainda, quando a gente vê uma lei... eles não cumpriram essa de dois salários mínimos, segundo a informação que nós temos das famílias das vítimas. Mais surpresos ficamos ainda quando vimos outra Lei de 1866, tiveram mais de mil leis depois disso, cinco anos após; que altera o artigo 1º da Lei nº 786 que eu acabo de ler aqui, de 08 de julho de 1998 que diz o seguinte:

“o artigo 1º da Lei nº 786, de 08 de julho de 1998, “que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão a herdeiros de vítimas fatais do confronto de Corumbiara e dá outras providências”. Ai aqui eles mudaram: “fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma pensão de um salário mínimo por vítima fatal ocorrido na invasão da Fazenda Santa Elina”. Ou seja, era dois salários mínimos, mas não pagaram durante esse tempo todo, passou para um salário mínimo e continua não pagando. O que adianta fazer a Lei e não cumprir, e o silêncio continuar dessa forma?

Portanto, Senhor Presidente, na mesma forma que eu participei daquela reunião...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Cláudio, eu vou deixar claro que essas leis todas têm que ser de iniciativa do Executivo, ela não é de iniciativa da própria Assembleia. Infelizmente, nós não podemos propor, tem que vir de lá, e nós aprovamos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – O que o Presidente coloca é lei. Quando se trata de Orçamento que vai alterar alguma coisa no Orçamento ela tem que nascer do Executivo e não do Legislativo. Se a gente fizer... inclusive, eu posso apresentar ou qualquer outro Deputado pode, uma lei que visa essa situação aqui de indenização, a primeira coisa que eles vão fazer se aprovar é vetar, dizendo que não é de competência do Legislativo. Por isso que tem que ser de autoria do Executivo e mandado para a Assembleia para ser aprovado aqui. Então, Sr. Presidente, esta reunião, esta Audiência Pública, visa exatamente isso, me parece, me parece não, eu tenho certeza que para muitos dessas pessoas que isso caia no esquecimento, mas não dá para ficar no esquecimento, as pessoas aqui relembram muito bem e o massacre não aconteceu só no dia 09. Se a cada dia uma dessas vítimas morrem por não ter assistência é continuação do massacre, mais forte ainda, porque o poder público pode dizer: que o Governador da época não sabia, mas todos sabem que esse povo está precisando de auxílios e nada se faz, o massacre continua a cada dia. O que essa senhora fala no depoimento aqui, o que falaram aqui... A pessoa que passa pelo momento psicológico desse... eu tive quatro policiais na minha casa, recentemente, revirando até minhas cuecas, eu não consigo dormir direito, imaginem as pessoas que tiveram seus entes mortos, sacrificados à moto serra, à bala, imaginem se um dia tem condições psicológicas de ser um ser humano comum sem ter acompanhamento psicológico e sem nada da maneira que está, Presidente Fábio. Nós precisamos nos mobilizar, eu digo nós, porque tem que ser a sociedade organizada, a Igreja, e a sensibilidade desse Governo, sensibilidade mínima de participar de uma discussão dessa, que foge da discussão numa proporção da covardia, talvez, até maior do que estava lá executando na hora do massacre. Posso ter o vício de discutir política desse tipo, é covardia de uma proporção maior de quem puxou o gatilho na hora do massacre. Por isso eu recebi aqui também um documento muito importante Padre Ton, eu até peço, e agradeço a participação do seu gabinete, mas tem um documento aqui muito bom que dá os fatos... eu acho que aquele Advogado o Dr. Neomayer, não sei se foi o senhor que

elaborou esse documento, Orientou. Muito bem, eu posso lê ou o senhor vai fazer a leitura, o senhor vai ser o último. Eu vou fazer a leitura, achei muito interessante aqui, mas depois o senhor vai poder fazer uso da palavra também.

Leitura: Treze vítimas no confronto com a PM em 09 de agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina.

Primeiro ponto: Processo que pleiteia indenização para 204 pessoas está na 2ª Vara da Fazenda Pública, em Porto Velho. Elas vivem com as sequelas das torturas e agressão por parte da força policial, que agiu com excesso de força, abuso de poder e de forma truculenta.

Segundo, o nosso advogado, o juiz saneador ainda não formalizou entendimento se ocorreu à prescrição ou não do caso, para acatar o pedido de indenização.

Segundo, ainda nosso advogado, o juiz saneador descobriu na ação 37 nomes constantes na outra ação ajuizada em Colorado do Oeste. Ele buscou cópia desse processo, que está arquivado na Comarca de Colorado do Oeste e está levando para a 2ª Vara da Fazenda Pública (o que fará nesta quinta-feira, dia 29).

Houve reunião recente, em junho, entre o advogado e os promotores de Justiça do Estado Charles e Alzir; Nailson, da Ouvidoria Nacional, com a juíza que preside o processo (ele não soube me dizer o nome da juíza) e o Fábio, da FETAGRO, para discutir um tratamento de agilidade ao processo.

O processo que pleiteia indenização iniciou tramitação em janeiro de 2010. O Governador Confúcio Moura chegou a dizer, segundo o Comitê das Vítimas de Corumbiara, no Grito da Terra do ano passado, que pagaria a indenização, mas sozinho não poderia bancar, precisaria da ajuda da União.

Aí tem a questão das duas leis que acabei de falar, a de 1998 e a de 2008.

A Comissão Interamericana de Justiça também se pronunciou a respeito de indenizar famílias das vítimas fatais e as vítimas que ficaram com sequelas, o que também foi recomendado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Em agosto de 2007, representantes das vítimas do massacre se reuniram no gabinete do Presidente Lula, quando o gabinete firmou compromisso de assentar famílias não contempladas com a reforma agrária e analisar a possibilidade legal de indenizar todas as vítimas. Novos compromissos foram feitos pelo Governo Federal, pelo Estado de Rondônia e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para proceder à indenização, o que não ocorreu até agora.

AMPARO LEGAL

A tese de que não houve prescrição para que as vítimas pleiteassem a indenização somente em 2010 – 10 anos após o massacre – é sustentada pelos autores da ação com base no Código Civil; Constituição Federal; Doutrina e Jurisprudência vigente para casos de tortura e pela Jurisprudência do Comitê Interamericano de Direitos Humanos;

O advogado lembra na ação que os autores não recorreram antes à justiça para pedir reparo “à tortura, agressão física e moral, agonia e desespero” resultante da

desastrada operação policial, porque tanto, O GOVERNO DO ESTADO QUANTO O GOVERNO FEDERAL se comprometeram com isso.

A não apreciação da presente ação por eventual análise pela PRESCRIÇÃO, será limitar o direito à vida, a liberdade à dignidade, à honra, consagrados pela Constituição Federal e pela carta dos Direitos Humanos.

Então, diante de tudo isso Senhor Presidente, essa Audiência Pública tem um caráter, eu sei que não é de sair propostas aqui que visem dizer quando vai indenizar, até porque quem deveria estar aqui é quem tem que arcar com custos do Estado de Rondônia, não veio, mais uma vez demonstrando total desrespeito. Mas nós aqui que estamos hoje sensibilizados com essa questão, a Igreja, a Assembleia Legislativa, os Deputados Federais, a FETAGRO, todos os sindicatos filiados, colocamos nas nossas cabeças que essa luta vai ter que vir a vitória e, a vitória vai vir com a indenização para todos aqueles que sofreram essa agressão no dia 09 de agosto, e continuam sofrendo essa agressão até hoje.

E por fim quero deixar o meu Gabinete, Nenzinho, Presidente da Câmara de Corumbiara, Felipe, representante das famílias do Massacre, o meu gabinete aqui na Assembleia Legislativa como uma referência para que nós possamos trabalhar juntos, tendo em vista que a justiça Estadual, nosso fórum fica aqui, aqui em Porto Velho... ao advogado da questão para que a gente possa somar esforços juntos com os demais Deputados, tanto Estaduais como Federais, a fim de que venhamos a cada dia trabalhar nesta ação para que a possamos trazer dignidade, é o mínimo possível, que é a questão das indenizações.

Para encerrar eu acho que teríamos que dar um grito aqui hoje, e aí eu vou propor o seguinte, todo mundo levantar, e dar um grito: justiça, justiça e justiça. Três vezes justiça. Então eu proponho todos de pé. Então o que nós queremos para as vítimas do Massacre de Corumbiara é: justiça, justiça, justiça.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cláudio.

Eu queria dizer que todas as autoridades, todos os órgãos foram convidados para essa audiência, além do Executivo foram convidados o Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas. Convidamos todos. A União também, nós convidamos também o representante do Governo Federal, mas, infelizmente, não mandou representante. Nós estamos aqui com os representantes. O nosso Rafael Luiz Pereira, é Procurador da República do Ministério Público Federal. Obrigado Rafael, representando o Ministério Público Federal.

Eu só queria dizer que pedir para esse Governo não resolve, pedir não adianta, o que nós temos que fazer é exigir os direitos, fazer esse Governo cumprir com as obrigações dele. Pedir, nós não vamos conseguir nada.

Eu vou passar a palavra agora para a Deputada Epifânia.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Boa tarde a todos os senhores e todas as senhoras.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Hermínio Coelho, o proponente da Matéria, Deputado Cláudio Carvalho. Cumprimentar ainda os Deputados Federais, Deputado Anselmo de Jesus, e em nome dos Vereadores, cumprimentar toda a população, todas as vítimas que estão aqui nesta Casa de leis, hoje. Cumprimentar aqui também o Dom Geraldo, o Fábio da FETAGRO e os demais componentes da Mesa.

Eu vou ser muito breve porque eu também já tive a oportunidade de estar em Corumbiara e conversar com várias pessoas que aqui estão presente hoje, em especial com o Vereador Geraldo, lá do Divino seringal que relatou várias situações. Tive a oportunidade de passar lá também por Santa Elina e ver a grandiosidade daqueles fatos. E ouvindo aqui Deputado Cláudio Carvalho, as suas palavras e os depoimentos dos nossos companheiros, assistindo o vídeo, eu fiquei ali fazendo uma reflexão bastante política dessa situação toda. Vi vários... tive acesso a documentários, alguns documentos também, aí eu faço uma reflexão política em relação a isso. E não tem como... a gente diz que essas coisas não existem, mas eu acho que isso seria muito, muito difícil, se por ventura naquele momento, no Massacre em 1995, se o Governo do Estado de Rondônia e o Governo Federal, fossem administrados pelo Partido dos Trabalhadores, ou por partido de esquerda, eu acho muito difícil que essa situação estivesse impune, acho muito difícil. A gente vê várias situações que quando alguém do Partido dos trabalhadores ou dos partidos de esquerda, tem alguma situação, não dessa magnitude, porque a gente desconhece, mas algo muito próximo, rapidamente as acusações e as penalidades, elas vêm com muita agilidade, vem com muita agilidade, mas em outras situações passam décadas, passam décadas e a gente não vê as coisas avançarem. E aí Presidente Hermínio Coelho, a ausência do Governo, hoje, não é surpresa para nós. Não é Deputado Cláudio, não é, nenhuma surpresa, porque, infelizmente, vários debates, vários debates que precisamos fazer precisa de um posicionamento político do Governo, e não temos a presença dele. E nesse caso porque nós teríamos aqui a presença do Governo, não existe razão, se na época o Governo do mesmo Governo que aqui está, e que naquela época o Governante hoje, é Senador da República, como é que nós hoje poderíamos ter a presença aqui. Então não existe essa expectativa de ter uma posição ou uma definição, uma vontade política do Governo em resolver essa situação. E aí é importante realmente que nós tenhamos aqui um grupo, se não de todos os Parlamentares, mas de um grupo de Parlamentares que possam juntos com vocês ter voz, estar cobrando, estar acompanhando essa luta, porque se não, realmente vocês ficarão no espaço de vocês isolados com as dores de vocês, e não haverá nenhuma manifestação, pelo menos não nesse momento aqui do Governo do Estado de Rondônia. E aí eu fico imaginando também, fazendo além desse paralelo da política que nós temos, também em relação as pessoas. Vocês imaginem, se um posseiro tivesse que... obviamente isso não ocorreu, mas vocês imaginem se fosse um posseiro que tivesse atirado no latifundiário. Imediatamente vocês já estariam presos não é, até hoje, até hoje já estariam presos, mas não é assim que funciona, infelizmente. Então desse mesmo paralelo que eu

faço entre a ação de um posseiro em relação ao latifundiário, é a mesma situação em relação à política que nós temos. Se naquela época, fosse um Governo nosso, dificilmente nós estaríamos sem ser penalizados, estaríamos já cumprindo as determinações legais. E aí Deputado Cláudio, essa questão da nossa legislação, do Governo não estar cumprindo, ela também, ela tem uma lacuna, e eu acho que, embora não seja uma prerrogativa nossa apresentar projeto de lei que incida em despesas para o Governo, que é prerrogativa do Governo. Mas de qualquer maneira eu acho que até para colocar em pauta, para trazer a discussão, nós poderíamos fazer um Projeto de Lei autorizativo. E aí nesse Projeto de lei autorizativo, embora já exista esse outro, mas pelo que foi relatado aqui ele é bem específico em relação as pessoas que já faleceram, as pessoas que foram vitimizadas que perderam a vida. E no caso aqui como as pessoas já relataram, na verdade todos são vítimas, todos que estavam lá, todos que foram feridos, porque as pessoas até hoje possuem sequelas, sequelas emocionais, psicológicas, físicas, não morreram, mas elas carregam consigo todo esse abalo emocional, esse abalo físico, com problemas da saúde, já não produzem tanto quanto anteriormente, porque a sua saúde está comprometida. Então eu penso que nesse projeto, ele tem que inserir todas as pessoas que são vítimas, que foram de alguma maneira atingidas com aquele massacre, até como uma forma... e a gente entende que isso possa até ser vetado pelo Governo, mas é uma forma também da Casa mobilizar, chamar a atenção e estamos correndo atrás. Eu confesso a vocês que em termos jurídicos, que o advogado aqui deve relatar depois, a gente não tem esse detalhamento jurídico, em que ponto está, a gente só tem em linhas gerais, pelos documentos gerais que nós lemos, mas o que a gente puder colocar na pauta, na ordem de estar debatendo. Vocês podem ter certeza que tem aqui pessoas que estão abraçadas com a causa. E a situação em relação ao Grito da Terra está encerrando no dia de hoje, encerrou ontem, mas ainda estamos aqui, eu considero isso aqui parte do Grito da Terra.

Se um dos pontos, Fábio, que nós temos ali na questão da educação, por exemplo, que são as EFAS, um repasse do Governo e nesta Casa foi instituída a lei no ano de 2011 da Escola Guaporé, que é repassar recurso financeiro para as Escolas Família Agrícola que é para atender os filhos dos senhores. O Deputado Padre Ton esteve conosco também, o Deputado Cláudio Carvalho, numa reunião com o Governador, que ele confirmou, Padre Ton, o senhor lembra? Que ele deu quinze dias para fazer o repasse e hoje teve uma reunião com a Secretária, já definitivamente dizendo que não vai fazer o repasse, que ela não vai fazer o repasse. Então lei aqui neste Estado, para algumas situações, não vou generalizar, mas para algumas situações não está tendo muito valor. Aí depois o Chefe do Gabinete do Governador disse que daqui a quinze dias, em novembro, vai fazer o repasse. Eu, sinceramente, estou desacreditada porque se nós estamos nessa batalha desde o ano passado, já estamos esse ano, já vai acabar o ano letivo, daqui a quatro meses acaba o ano letivo e nós não conseguimos, é muito difícil termos alguma crença que por vontade própria nós conseguiremos algumas coisas. Eu não sou uma pessoa descrente de nada, mas, infelizmente, em alguns pontos a gente espera que as coisas se rompam logo para buscarmos outras alternativas, porque desta realmente a gente não tem como...

São essas as minhas palavras. Eu só queria trazer essa reflexão política que às vezes fica no imaginário, mas parece que não podemos falar, mas podemos falar sim. Eu acho que isso passa pela cabeça de muitas pessoas, que se fosse um posseiro atingindo um latifundiário, dificilmente estariam nessa situação hoje, ou paralelamente também essa questão política de quem governa, para alguns parece que é mais rápido, para outros pode deixar passar o tempo porque parece que as pessoas vão esquecer e vão deixar para lá e ninguém vai mais tocar no assunto. Então, só queria fazer esse registro e me colocar à disposição para qualquer debate, para qualquer iniciativa. Que possamos somar esforços para que não se passe mais 18 anos fazendo essas discussões, e esperamos que isso seja resolvido o mais rápido possível.

Muito obrigada.

(Às 16 horas e 27 minutos o Senhor Presidente Hermínio Coelho passou a Presidência ao Senhor Cláudio Carvalho)

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputada Epifânia.

Queremos registrar e agradecer a presença do Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Dr. Gustavo Dantolini.

Agora chamamos para usar a palavra o senhor Felipe, representante das vítimas do massacre de Corumbiara.

O SR. FELIPE SVIDERSQ – Eu queria agradecer em primeiro lugar o Presidente da Casa, demais companheiros, autoridades. Vou falar um pouco sobre o massacre da Santa Elina, o que quê foi o massacre.

Eles chegaram um dia antes, foi negociado com o comandante daquela operação, um homem cheio de estrelas, divisas, devia mostrar respeito para o povo, mas não foi isso, sujou a farda tão linda que ele tinha no corpo. Ele garantiu que ia retirar o povo dele para ir às estradas cercar os jagunços, pegar, prender, mas não foi isso. No outro dia cedo ele entrou 3 horas da madrugada dando tiros, jogando bomba de gás, o povo todo com a cara no chão, eles entraram. A primeira coisa que eles fizeram, me algemaram contra uma árvore, ele veio, aquele homem, os passos lentos, puxou a arma dele e apontou para a minha cabeça mais ou menos 20 centímetros longe da minha cabeça e falou: “você sabia que você ia morrer agora?”. Eu disse: “vai morrer um inocente”. Aquela arma dele naquela mão pesou, foi baixando, correu trava, guardou e saiu de perto. Aí a tortura começou, um chegava e me dava uma paulada, saía aquele... Eu escutava, eles batiam nos outros. Vendaram minhas vistas com pano. Aí batiam em um, batiam em outro, gemido para um lado, gemido para outro lado, criança chorando para um canto, mulher por outro, era o maior desespero da vida daquele povo. Eu não sei como é que nós sobrevivemos naquele dia. Eu acho que um milagre de Deus que não deixou esse povo morrer todo num só dia, porque os homens estavam a fim de matar mesmo. Passou um tempo ele chegou e cruzou assim... teve um que chegou para o outro e falou: “Já matamos seis.” “Não tem que matar mais”. Ora, gente, para com isso. Eu não via, mas eu escutava.

Passava um minuto, o cara chegava e me batia e dessa forma foi. Só dava para ouvir ele xingar o povo, chamar de filho da puta, chamar de porcão. “Faça o PT vim defender vocês. Fala para o Lula vir”. Era a forma que eles falavam. Só atingindo o pequeno, porque o pequeno vocês sabem, o pequeno é pequeno mesmo, é o peixe pequeno, é o que vai pagar tudo. Eles acham que para eles nunca vai acontecer nada, mas só que aí tem... o Governador da época, assinou o massacre e se ausentou do Estado. Aí tem um Juiz que assinou, mas ele não mandou um junto para acompanhar. Aí tem o Prefeito da época... o povo detido, ofertando gasolina para a polícia colocar fogo no povo. Igual eu falei daquele homem cheio de estrelas, eu achei que ele iria colocar respeito, soltar o povo, minimizar: “Vamos acabar com isso aí”. Esses quatro homens tinham que estar na cadeia hoje, tinha que ser uma prisão perpétua para esses caras, isso não pode, são bandidos legítimos esses quatro... que não podia acontecer. E nós estamos sofrendo o mesmo massacre até hoje. Uma coisa que iria amenizar a dor do povo seria essas indenizações, mas não é o que está acontecendo. Eles querem matar o povo no cansaço. Faz uma lei hoje, amanhã eles derrubam, depois de amanhã eles fazem outra e desse jeito vai. Eu vou pedir ao Governo que se sensibilize nessa causa. Faça uma lei, ajuíza, dê um Parecer favorável a esse povo, um povo que merece, vai ter uma vida mais digna, vai se tratar. É um povo que não pode se tratar, não tem dinheiro, tem sequela, mas não tem dinheiro para se tratar. Esse povo está acabado. Então eu pediria às autoridades, para o Governo fazer uma lei, e que os Deputados pressionem para ver se eles agilizam isso daí. O ano que vem é um ano político, ele não vai poder fazer mais nada. Só que ele pode ter certeza que no ano que vem nós estaremos aqui de volta, com outro ato. Nós não vamos parar. Começamos a gritar agora de novo. Tem gente que não pode ver um policial que corre. A maioria do povo que fica em casa, quieto, com medo até hoje, das barbaridades que eles fizeram. Só de você ver ou escutar o que eles falavam, é uma coisa absurda. Eu pediria para as autoridades que façam, pressionem um pouco o governo, porque não dá... Chega de impunidade. Porque eu acho que a impunidade dói mais do que a morte. Porque a impunidade vai te machucando, e depois que morre, meu filho, nada mais te machuca, depois que vai para a vida eterna, acabou.

Mas essa impunidade vai machucando, e vai sufocando. É isso que é o difícil da vida. Nós precisamos tomar um rumo, o governo se sensibilizar, fazer uma lei, mandar para a Câmara aprovar, tenho certeza de que os nossos Deputados vão aprovar, eles não vão deixar de aprovar. Até mesmo os nossos Deputados tinham que pressionar o governo, tinham que fazer uma lei, porque são coisas que têm que ser dentro da lei, ele tem que fazer.

Quero pedir para a juíza mais uma vez que se sensibilize com o caso dessas pessoas. Dê um parecer favorável, faça o papel de mãe, faça de conta que esse povo é seu filho, dê um parecer favorável, condene o Estado. Não é isso que ela está fazendo. Está segurando. Não faça isso, seja uma mãe, faça de conta que esse povo é seu filho, dê um parecer.

Quero desejar... eu agradeço.

Meu muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, companheiro Felipe.

Para usar a Tribuna, o Presidente da FETAGRO – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Fábio Menezes.

O SR. FÁBIO MENEZES – Quero cumprimentar cada um e cada uma aqui presente, o Deputado Cláudio que atendeu o nosso pedido, o Deputado Hermínio; Presidente desta Casa, os Deputados Anselmo e Tom; ao Nenzinho, Vereador lá de Corumbiara que junto conosco, não é Nenzinho, encampou essa tarefa de organizar esta Audiência Pública junto com os nossos Sindicatos que estão aqui presentes, o Dom Geraldo que eu tenho a honra de conhecer pessoalmente, já ouvi, já li sobre seus trabalhos e tenho agora a honra de conhecê-lo pessoalmente. Quero saudar o Dr. Rafael do Ministério Público Federal, Dr. Gustavo; a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Saudar todos os parceiros envolvidos, o Dr. Neomaier, por quem tenho uma admiração pela sua militância; Romiraldo, a Rose, pessoas que nos ajudaram a chegar aonde nós chegamos, e tantos outros. Com muita tristeza senti a falta de uma senhora que com certeza estaria aqui nesta Audiência se ainda estivesse viva, que nos deu muito apoio, a Dona Alzira. Nos recebia na sua casa quando nós íamos fazer as entrevistas, fazia almoço e toda vez que eu saía da casa dela, ela pegava na minha mão e falava: “Menino, nos ajude, porque eu temo não conseguir esperar sair essa indenização.” E ela morreu, fruto de uma elefantíase na perna, ferida durante o massacre de Corumbiara. Isso nos deixa muito triste porque ela não é única que tem morrido nestes últimos dias, morrido à míngua, morrido sem ter condições de se tratar. Agradeço a Dra. Margarete, psicóloga, que contribuiu conosco também nessa difícil tarefa de colocar no papel, no processo, toda a agonia que foi sentida, que foi ouvida, que foi relatada, que foi passada por cada um de vocês que são vítimas.

Nós, nossos Sindicatos que na época viveram intensamente a ocupação da Fazenda, acompanharam o conflito. O ‘Dirinte’, hoje é o Presidente do Sindicato, perdeu o irmão que na época era uma grande liderança, o Nelinho que ajudou... organizava o povo com o Perivan, que hoje é diretor da FETAGRO, viveu essa agonia, esse sofrimento. E por tantos outros motivos que nós aceitamos, na época, com muita dificuldade, sem estrutura, sem carro, sem experiência, o chamado e o pedido de todas as vítimas, para que fizéssemos convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para tentar buscar a justiça, uma indenização para aquelas famílias. E foram dois anos, foram dois anos, muitas reuniões em Cerejeiras para ouvir as famílias de Corumbiara, de Theobroma, para tentar assegurar o direito, pelo menos duzentas vítimas. Ao mesmo tempo isso tudo nos deu uma sensação muito ruim porque tinha ficado muita gente pra traz, mais de trezentas pessoas estão nessa ação, e não estão na ação principal, que são os 27, que são vítimas fatais. Isso sempre nos angustiou, nos agonizou, isso sempre nos inquietou, Deputado, de saber que ainda tem trezentos sem nenhuma possibilidade... Trezentos que não tem ainda, expectativa nenhuma de serem atendidas pelo Poder Público. Esse é um ponto que nos inquieta. Nós, de posse disso, Dr. Neomaier, com a equipe, a psicóloga, Dra.

Margarete, fizemos todo procedimento em relação à busca processual e há argumentos jurídicos para enfrentar a prescrição. E aí já registrar que com certeza ele vai registrar melhor esse procedimento que foi adotado na construção do processo. Muitas vítimas não foram ouvidas, não porque não foram procuradas, porque não tem condições psicológicas de dar um depoimento, porque não falam sobre o assunto, não conseguem falar sobre o assunto. Outras, porque quando nós chegávamos ao município, elas corriam, entravam no mato, se escondiam. Esses não estão no processo. Esses estão fora. Continuam fora, estão à margem do processo. Nós fizemos e temos os laudos, e uma noite eu comecei a ler cada depoimento. Cada depoimento que foi tomado pelo Dr. Neomaier, pela Dra. Margarete... tem muita coisa que não foi dita aqui no documentário que estão nesses depoimentos, de crianças que desmaiavam sufocados com a fumaça, de pessoas que têm problemas respiratórios porque inalaram o gás lacrimogêneo, pessoas que têm perfurações à bala, que tem costelas fraturadas até hoje. E o que é mais grave, tem pessoas que estão psicologicamente afetadas, que não tem noção do que fazem, de onde vivem, de quem são, jovens que hoje estão com 19 anos e estão na 5ª série, na 4ª série, não conseguem receber o aprendizado na escola porque não tem condições psicológicas de aprender e de estudar, e esses continuam à mercê, continuam sem amparo do Estado.

A fazenda onde foi palco do massacre hoje é um assentamento, e é um grande assentamento, tem 417 famílias assentadas, com a possibilidade de receber mais 250. Agora, fazendo parte da reserva que é hoje área de pastagens que pode ser também assentamento, podendo chegar aí a 650 famílias. Porém esses não estão em condições adequadas. Não tem estrada, não tem escola, não tem assistência técnica, não tem acesso à habitação, não tem acesso aos créditos iniciais, continuam à margem. Está aqui o Teófilo que é um dos assentados que espera, agora, que no Grito da Terra... fizemos um acordo de vinte e cinco milhões de recursos para estrada, para assentamentos, e nós esperamos que o INCRA consiga executar esse recurso e que priorize o assentamento onde aconteceu esse massacre. Esse foi um pedido nosso no Grito da Terra, uma exigência, uma cobrança para que não continue esse massacre acontecendo em relação a outros direitos. Bem falou o Deputado Cláudio, esses massacres continuam acontecendo, Deputado.

O ano passado o nosso Estado foi o Estado que mais ocorreu mortes na disputa pela terra no Brasil, Dom Geraldo, fontes da CPT, e esse ano, dado aos números, nós temos grandes chances de fechar em primeiro lugar mais uma vez. Nós temos 18 pessoas condenadas pela Justiça de Vilhena a dez anos e seis meses de prisão por defender a reforma agrária. Eu queria que ficassem de pé aqui, porque tem várias delas aqui, queria que ficasse de pé aqui o Udo, Presidente do sindicato, acusado de formação de quadrilha, violência corporal, esbulho possessório, descumprimento a ordem judicial e condenado a pagar novecentos reais de custas processuais. Acampado, ficou preso mais de nove meses, condenado há dez anos e seis meses, pagando custas processuais de pessoas que estão no acampamento e não tem o alimento do dia seguinte, mas tiveram que pagar custas processuais, Dr. Gustavo.

Enquanto o pistoleiro da fazenda que foi ferido, nem citado no processo está, a única arma encontrada na fazenda era a arma do fazendeiro dentro da camionete dele, a única testemunha de acusação era o caseiro da fazenda que não reconheceu o acusado na audiência de instrução e julgamento, e não aconteceu nada. Um mês antes, foi preso numa fazenda ao lado do Sr. Ilário Bodanese um arsenal de armas, quatro pessoas detidas respondem a processo e até hoje ninguém foi responsabilizado. Nós temos que inverter esse jogo. Porque até agora só quem foi condenado foram os trabalhadores. E também em relação ao massacre, para inocentar os dois trabalhadores presos teve que negociar a liberdade e o perdão aos policiais que cometeram essa barbárie, esse absurdo. Como disse o Felipe, os verdadeiros bandidos foram quem autorizou esse desmando e não respondem e não foram condenados até hoje. Então, nós continuamos vivendo uma saga de Corumbiara, só que com outros nomes, é massacre da Água Viva, das Águas Claras, do Morro Vermelho, do Canaã. Talvez pudéssemos ter um painel aqui com a lista de todos os massacres que vem acontecendo. Em Barro Branco, Joana D'Arc, as famílias estão sendo massacradas também pelas usinas, então hoje há uma inversão de valores, aqueles que apenas querem um pedaço de terra para trabalhar estão sendo condenados, e eu acho que temos que nos indignar.

Nessa oportunidade se não conseguirmos deliberar nada, pelo menos vamos denunciar o que acontece no nosso Estado. Precisamos fazer isso, nós temos que denunciar. Eu acho que Nesse momento aqui, Deputado, existem muitas possibilidades de encaminhamentos, de decisões que podem ser por nós encampadas, assumidas pelo Parlamento Federal e Estadual, assumidas pelas entidades aqui presentes.

Estivemos em reunião com a juíza e com o promotor do processo, Dr. Neomaier, eu, Dra. Isis que é dos Direitos Humanos. A juíza está sensível, e pelo que nós sentimos ela deve ter uma decisão favorável, porém isso não vai ser algo rápido e nós temos certeza que o Estado vai recorrer, nós temos convicção que isso é uma batalha que vai se arrastar pelos tribunais afora. Porém, nós temos que fazer essa batalha, temos que travar essa batalha, não importa se ela vai durar um ano, um dia, e se quem vai receber é você, ou seu filho ou seu neto, mas essa batalha nós temos que travar. E a primeira solicitação, é que nós temos um projeto já elaborado, com custo, com orçamento para ingressar com ação do restante das vítimas, porque essa é uma tarefa que nós FETAGRO não abrimos mão de terminar, e é por isso que o convênio encerrou em 2009, em dezembro. Mas o Otoniomar com muita militância e com o nosso apoio, tem até hoje tocado e dado resposta e respondido as solicitações da juíza, porque essa é uma batalha que nos interessa, não pelo ponto de vista dos convênios e financeiro, mas é uma tarefa que nós, enquanto entidade de defesa dos trabalhadores, queremos levar até o fim, queremos levar até o fim porque também não aceitamos essas injustiças que estão aqui colocadas. Então, nós queríamos primeiro, Deputados, pedir apoio para negociar junto à Secretaria de Direitos Humanos a assinatura desse convênio para indenizar todas as vítimas que não tem processo na justiça, para entrarem com processo a fim de serem indenizadas e reparadas por essa dívida social que todos têm direito. Estamos

aqui fazendo esse primeiro pedido. O segundo, é solicitar essa agilidade no julgamento, não só na 1ª Instância, mas nas demais que esse processo que, porventura, for trabalhado. No segundo pedido, eu acho que está aqui nas mãos da Assembleia Legislativa. Primeiro, eu acho que nós tínhamos que sair daqui hoje com uma moção de apoio à indenização às vítimas do massacre de Corumbiara. Esta casa poderia aprovar hoje, aqui, uma moção de apoio à indenização e ao tratamento, ao reparo, a justiça social a cada um que foi vítima desse processo, independente se isso vai se reverter na indenização. Isso será um posicionamento, um marco, uma decisão política desta Casa de apoiar esse momento e apoiar essa iniciativa. Segundo, rediscutir essas duas legislações que são importantes, porém nunca se efetivaram, nunca se concretizaram, só se estendia a 27 pessoas. Então, por dez anos, o Estado de Rondônia não pagou dois salários mínimos a 27 pessoas, não dá a metade do décimo terceiro, e depois de dez anos, ainda diminui pela metade. Talvez, duas diárias de idas a Brasília pagariam as indenizações dessas 27 pessoas. Porém isso também não aconteceu. Então, eu acho que um dos encaminhamentos, eu acho não, eu acredito que um dos encaminhamentos, seria a modificação dessa Lei e estender ela a todas as vítimas do Massacre de Corumbiara independentemente dos que tiveram perda de parente ou não. Como disse o companheiro que usou a palavra aqui, quem morreu, as famílias sofreram, mas quem está com a sequela, hoje, sofre tanto quanto e talvez devesse, tivesse que ser indenizado, assim como aqueles que perderam suas vítimas. Outra questão que eu acho que tinha que ser discutido com muito carinho, é o tratamento psicológico das famílias que são vítimas. Nós tínhamos que sair com algumas decisões em relação à Secretaria Estadual de Saúde, porque a maior necessidade que eu vejo hoje é o acompanhamento psicológico às vítimas. Dos entrevistados pela Dra. Margarete e pelo Dr. Neomaier, mais de 70% tem problemas psicológicos; uns muito grave, outros grave, e sem tratamento as perspectiva de desenvolvimento humano dessas pessoas estão muito reduzidas. A indenização não vai trazer isso, não é a indenização que vai assegurar esse tratamento psicológico. Nós temos que sair com algo concreto, proposto para tratamento dessas vítimas.

E, por último, não menos importante.

A Deputada Epifânia provocou uma questão muito importante aqui. Nós fechamos o Grito da Terra com muitas conquistas, porém o desafio é enfrentar muitos conflitos.

Eu queria fazer outro pedido em relação às escolas famílias agrícolas, porque também está havendo uma violação dos direitos dos alunos do campo, de estudar, quando o governo passa sete meses sem repassar um centavo para as escolas e, se depender do Governo do Estado, também não vão receber esse ano, quicá o ano que vem, porque não estar no orçamento. Então faço um pedido; que esta Assembleia destinasse recursos para poder bancar esse restante de ano, ajudar as escolas não fecharem as portas. Vou aproveitar aqui essa oportunidade, fazer um pedido, têm três Deputados Estaduais aqui hoje. Que pegasse do orçamento da Assembleia Legislativa e nos ajudasse a bancar essas escolas, porque nós temos visto hoje a quantidade de festas agropecuárias que são bancadas com emendas, com recursos públicos que daria para bancar todas

as escolas e ainda construir mais umas cinquenta, enquanto uma ação tão prioritária dessa, hoje, é olhada pelo o Estado com desdenho, com deboche, com descaso. Então é um pedido, é um pedido mesmo da FETAGRO, dos nossos Sindicatos e da presidência das Escolas que estão aqui conosco, que passassem uma parte desse recurso da Assembleia, que destine, que a Assembleia contribua, cobre nesta Tribuna todo dia, que a SEDUC seja uma Secretaria, de fato, de educação, e não uma Secretaria de prédio, de câmara, de vigilância, de televisão, porque é isso que querem para nossas escolas, e não é isso que nós queremos, nós queremos educação no campo. Então, eu acho que esta audiência trará um grande ganho político e nós da federação nos sentimos muito honrados em poder denunciar neste momento e se indignar junto com cada um de vocês aqui. Fica esse pedido para que somemos esforços a fim de que essas 517 vítimas possam ter seus direitos amparados.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Muito obrigado, Presidente Fábio.

Quero só informar, Presidente, que a Sessão está sendo gravada e eu solicito da imprensa, que é quem cuida disto na Casa, encaminhe ao meu gabinete quem foi o autor do requerimento da Sessão, para que a gente possa pegar todos esses encaminhamentos aqui impostos, principalmente aqui do Presidente da FETAGRO, para que nós possamos dar encaminhamento às ações de acordo com a filmagem que tem aqui. Vai ser transcrito para que nós levemos a cada um de quem é de direito, aos órgãos, às entidades.

Nós tivemos uma reunião hoje sobre essa questão do recurso com o Presidente da Assembleia, Deputado Ribamar, e ele já colocou as dificuldades para agora, no segundo semestre. Mas vai ter uma reunião com os Deputados, eu não tenho dúvida que é necessário, eu conheço as Escolas Família Agrícola, sei do empenho e a qualidade dessa escola. Eu, essa Assembleia, o Deputado Ribamar, Deputada Epifânia, Deputado Hermínio, vamos levar aos demais Deputados para que possamos liberar esse recurso.

Vamos ouvir, dar continuidade ouvindo o Presidente da Câmara Municipal de Corumbiara, o Vereador Valdinei Antônio Coelho, o popular Nenzinho.

O SR. VALDINEI ANTÔNIO COELHO – Em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus por nos conceder essa semana. Nós saímos de Corumbiara desde segunda-feira, acompanhando o Grito. Quero parabenizar o Fábio, Presidente do Sindicato pelo um grande Grito que teve e estar aguardando esse dia tão importante, esse fato.

Primeiro lugar, agradeço ao Deputado Cláudio por ter aceitado fazer essa convocação, entrar com esse Requerimento para esta Audiência. Quero também agradecer a comissão organizadora desse evento. Seria o pessoal que acompanhou o gabinete da Deputada Epifânia, do Deputado Ribamar, e a equipe toda do Deputado Cláudio Carvalho, Deputado Anselmo, temos os meninos que acompanham ele, Deputado Padre Ton, inclusive todas as nossas reuniões foi no seu escritório, Deputado Padre Ton. Eu, por esse fato, subi cinco vezes aqui

em Porto Velho. Moro mil quilômetros distantes da capital. Cumprimento o Fábio, na Mesa, Dom Geraldo, que é muito querido na nossa região, tive o privilégio do meu filho ir para o Seminário, acompanhou lá dois anos, hoje ele está em Curitiba. Cumprimentar o Deputado Anselmo Jesus, nosso companheiro de trabalho, representante da agricultura do Estado de Rondônia, do Brasil, não é Deputado? Onde colheu a Lei da nossa agricultura. Cumprimentar o Deputado Cláudio Carvalho, por estar aí, abrindo esse espaço, aceitou o nosso convite, e desde já agradecemos de coração; Deputado Federal, Padre Ton, companheiro que não nos deixa na mão, em hora nenhuma, futuramente vai ser governo deste Estado, se Deus quiser. Cumprimentar o companheiro, ali ao lado do Padre Ton, Defensor Público, o Felipe; tem aqui o representante da CODEVISE que é o Everaldo, lutador também por essas batalhas; também todas as autoridades aqui; os vereadores que estão presentes; o Geraldo; estava a Bagunça, já saíram todos os presidentes de Sindicato; também nosso radialista de Corumbiara, o Toninho, Presidente da Rádio FM de Corumbiara. Olha pessoal, esta Audiência, para chamar todos nós para a responsabilidade, do fato que aconteceu há dezoito anos, que é uma vergonha. Eu queria que o Governador estivesse aqui, eu queria que mais Deputados estaduais estivessem aqui, porque é uma coisa séria, não é brincadeira, não estamos propondo coisa que vai acontecer, massacre que ainda vai acontecer, é coisa que já aconteceu há 18 anos. Então é coisa séria, é coisa que manchou o nosso Estado e o nosso Brasil, vocês entendem? É coisa que acontece, Lazineho. Dia 9 de agosto faz aniversário dessa data, vem gente de outros Estados, vem gente de outros países para fazer uma análise, enquanto, às vezes, o nosso Estado ninguém aparece lá. O Deputado Cláudio Carvalho estava lá dia 9, não é Deputado? Tinha os jornalistas e outros representantes de outros Estados. Todos veem porque o histórico do massacre é um histórico brutal, até porque é algo que mexe com vida, vida humana. São coisas sérias. Eu quero dizer para a Justiça que tem vários meninos novos aqui, quero parabenizar vocês por terem aceitado o convite que a Assembleia fez, um convite bem extenso e isso ajuda a mobilizar. Esse é um fato que nós temos que dar a resposta hoje ou amanhã, mas tem que dar a resposta. Queria, Deputado Cláudio Carvalho, e demais Deputados... cadê a base do Governo? O Governo não está aqui, mas a base dele precisava estar aqui para ouvir isso, para ouvir esse pessoal, porque temos a certeza que logo a Justiça, a Juíza vai chamar para pedir os seus depoimentos, mas alguém do Governo, não sei se tem algum representante do Governo do Estado aqui, mas que levasse isso, até por uma questão de respeito, questão de humanidade mesmo, o Governo precisa fazer alguma coisa por aquele povo. Quantas pessoas hoje... se olharmos um daqueles companheiros, andar, veremos que ele anda todo torto, tem senhores ali que são cegos, pessoas que deixaram o campo na época do massacre e estão dentro da cidade, não conseguiram emprego e não conseguem, Fábio, nem o direito da aposentadoria por invalidez. Isso é porque já está com 60 anos de idade. Então são fatos tristes, não é um fato bonito. Então, o propósito desta esta Audiência, também é chamar a atenção de todos os setores para a responsabilidade: a Assembleia Legislativa, o Ministério Público que está aqui, o Procurador da

Justiça, o Procurador Público, o Tribunal de Justiça e os nossos Deputados Federais que já vêm apoiando. Em fim, nós precisamos dar uma resposta para esse povo, dar uma resposta para o mundo. O fato de acontecer esta Audiência recebemos muitas ligações de outros Estados: “- Nossa, não pagaram isso? Presidente, não pagaram isso? Que humilhação que estão fazendo com esse povo!”. Enquanto tem gente de outros Estados, de outros países preocupados, nós não conseguimos se quer dar uma resposta para o mundo, não vamos falar para esse povo, mas para o mundo. Essa mancha do que aconteceu nunca vai apagar, nunca vai desaparecer vai perpetuar de geração em geração, filho, neto, bisneto, e assim por diante. Então, o mínimo que o Estado pode fazer é dar condições de vida para essas famílias, dar condições de vida para que essas famílias vivam esses restinhos de anos, que Deus vai conceder, mais tranquilos, sem tanto sofrimento, mas para isso, precisam de uma melhoria financeira. E essa indenização, Deputados, é válida demais para Deus, por isso que eu queria que o Governo do Estado estivesse aqui para dar uma resposta para vocês de imediato: “a gente vai fazer isso, a gente vai fazer a lei, vai mandar para essa Assembleia e a Assembleia vai aprovar”. Eu queria ouvir isto! Queria ouvir o Governo do Estado, dizer para a juíza: “nós vamos trabalhar para que possa dar esse parecer para tomarmos providências”. Mas o que eu quero dizer para vocês, está aí o povo todo sofrido, e isso é uma mínima parte, quase todos aí foram vítimas, uns eram crianças, outros já eram adultos, outros já eram pessoas que estavam na segunda idade, outros na terceira e está esperando isso, Bispo Dom Geraldo. Então eu espero que pelos encaminhamentos que o Fábio já pediu, não vou repetir, são fatos que precisam ser feitos, principalmente recursos para engajar essas pessoas no processo, isso é prioridade para esse povo. Enquanto tem uns aqui que estão esperando o parecer favorável, esperando a vontade do Governo trazer esse processo, outros não estão nem aí para esse processo, não é Dr. Neomaier? Dr. Neomaier que acompanha, tem outro advogado que tem uma parte aí, mas a maioria Dr. Neomaier... Nós de Corumbiara queremos resposta, viu Fábio, queremos a resposta. Essas organizações, essa Comissão não vai parar, viu Fábio? Eu acho que vamos nos organizar. Eu imaginei que hoje poderia ver, eu dizia assim: “- esperar a audiência para dar uma parada sobre Porto Velho”. Mas nós não vamos parar, porque essa ausência do Governo hoje aqui na Assembleia Legislativa me preocupou. Escapar de um pessoal tão sofrido desse, você vê o rosto de cada um deles... o Governador hoje não está aqui presente. Então isso me deixou muito preocupado. E nós vamos organizar a comissão, quero parabenizar aqui a CUT que fez parte da comissão, CPT, o Jair, e nós vamos dá continuidade, a FETAGRO e junto aos outros companheiros.

Quero deixar o meu abraço para vocês, se Deus quiser daqui a pouco nós vamos estar retornando, mas queremos deixar essa mensagem para as nossas autoridades e para nossa justiça, para que venha se preocupar em dá uma resposta para esse povo.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado vereador Nenzinho, Presidente da Câmara em Corumbiara. Convidamos para fazer uso da palavra, o Dr. Vicente de Matos, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. HÉLIO VICENTE DE MATOS – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Cláudio Carvalho, proponente da Audiência, cumprimento toda a Mesa que compõe este Plenário. Eu gostaria de dizer a todos que estão aqui presentes e que propuseram essa ação que move na Vara Fazendária e que tem como advogado o Dr. Neomaier. Eu diria a todos que eles estão muito bem patrocinado pelo advogado, conheço ele de longa data e tem um bom trabalho.

Gostaria também de colocar à disposição de todos aqueles que ainda não têm uma ação na Justiça, a Defensoria Pública esta à disposição de todos vocês, aqueles que precisam de um psicólogo, precisam de uma ressonância, precisam de um medicamento, também podem procurar a Defensoria Pública que ela ingressará com a obrigação de fazer ou com um mandato de segurança o qual obriga o Estado ou o Município ou a União a entregar essa medicação. Eu sou Coordenador do Pleno Cível, eu que tomo conta dessas ações, dos mandados de segurança de todo o Estado de Rondônia. Conheço bem, o SUS, é um Sistema Único de Saúde, a lei 8.080. Então é obrigação dos entes Federativos: União, Estados e Municípios, fornecer medicamentos, conforme artigo 196 da Constituição Federal. Então eu convido a todos que precisam de medicamentos, tratamento de psicólogos, da ressonância, de uma cirurgia, que procurem a Defensoria Pública em Vilhena ou aqui em Porto Velho. Cada qual no seu Município e propõem essa ação, que vocês vão obter êxito. O STJ já decidiu pacificamente com mais de quatrocentas decisões que o Estado é, e o Secretário de Saúde é parte passiva, legítima, para figurar no polo passivo das ações do Mandado de Segurança. Então não tem como o Estado fugir de sua obrigação, porque ela é constitucional. Então eu agradeço a todos por estarem aqui e convido aqueles que necessitarem da Defensoria Pública. Nós estamos à disposição nas Comarcas em que eles residem. Muito obrigado a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado Dr. Vicente. Nós temos três aqui da Mesa, inscritos, três autoridades: Dr. Geraldo, os Deputados Federais, Anselmo e Padre. Ton, e tem o advogado Dr. Neomaier.

Eu gostaria de saber se o doutor gostaria de usar aqui um pouco para falar alguma coisa. Então eu convido o Senhor, antes que fale aqui as três autoridades, para o senhor fazer um breve relato que com certeza vai nos ajudar a nos orientar aqui de como é que está essa questão da ação.

O SR. NEOMAIER PEREIRA - Primeiramente eu cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Cláudio e quero saudar o D. Geraldo, é um prazer conhecê-lo já havia ouvido falar muito no senhor é um prazer estar aqui presente; Presidente da FETAGRO, Fábio; Anselmo meu amigo; Padre Ton Deputado Federal; meu amigo Hélio que eu conheço desde 1996, Defensor público em Ji-Paraná, mas eu acho que o conheço desde Rolim de Moura e o representante das vítimas. Saúdo a cada uma

das vítimas que estão aqui presentes, que estejam no processo ou não; bem como o representante da OAB e do Ministério Público Federal, imprensa presente, Deputados Estaduais.

Quando fui convidado pela FETAGRO a fazer um estudo sobre o processo, sobre o caso, o massacre de Corumbiara, não era já para fazer um processo, montar um processo, eu tinha que primeiro elaborar um estudo para ver se havia possibilidade ou não de ingressarmos com uma ação de indenização. Eu não fui convidado a encampar uma ação, mas sim a fazer um estudo. Solicitei a FETAGRO que eu precisava de um psicólogo e um assistente e me foi dado um assistente, um psicólogo e dois auxiliares. E com isso me dirigi a Corumbiara, depois de elaborar um projeto de trabalho a Corumbiara, Cerejeiras e Theobroma, lá nos Palmares, e quando me deparei com a situação em que se encontravam essas famílias posso dizer para vocês que foi doloroso ver a situação em que se encontravam essas famílias. Eu como advogado não podia fazer muita coisa, só podia em muitos momentos chorar com alguns deles, como de fato chorei, ouvi menino de 16 anos, mãe que tomou sangue de vítimas. Então a cada depoimento, a cada declaração que eu tomava, que foram na média de trezentos e oitenta depoimentos que eu tomei. De trezentos e oitenta depoimentos, eu posso dizer para vocês que em nenhum deles meu coração ficou tranquilo, todos, ficou transtornado. Tem um rapazinho que eu ouvi, ele na época do massacre devia ter 6 ou 7 anos de idade, e quando eu ouvi ele sentado, falando para mim do massacre, a mão dele tremendo o tempo todo e falando com muita dificuldade. Porque ele falava com dificuldade? Porque não era mais uma pessoa normal, não é mais normal. É uma pessoa que devia ser aposentado, o Estado devia arcar com o custo da omissão. Até hoje eu me lembro daquele menino doente, e a mãe foi obrigada a tomar sangue num copo. O policial matou uma das vítimas e ela sentada com o menino no colo, teve que tomar o sangue daquela pessoa. Agora é difícil ver isso, eu voltei para casa, muitas vezes, chateado, não falei muita coisa para a minha esposa, que graças a Deus é muito sensível e eu não poderia transtorná-la com tudo aquilo que eu ouvia e guardei para mim. E posso dizer para vocês que lá nessas residências tem crises de abandonos, abandono do Estado, abandono do Poder Público, abandono daqueles que podem fazer alguma coisa, pois a notícia que temos em todos esses lugares que fui, é que quem está sempre presente são os sindicatos, Igreja Católica sempre presente, os evangélicos, sempre ajudam também. Estive com algumas pessoas evangélicas, e percebi que o trabalho da Igreja foi essencial para que amenizasse, D. Geraldo, o sofrimento daquelas vítimas... As crises doentias em virtude do massacre, as lembranças das torturas, sequelas que impedem de trabalhar, dores nas costas, fígado, rins, visão, obesidade, foram vários traumas, e a falta de assistência. Isso não foi detectado só no meu olhar, mas foi no laudo psicológico da Dra. Margarete. Acompanhei cada laudo, acompanhei cada relatório e o relatório detalhou bem isso. Não foi uma brincadeira que nós fomos fazer lá, nós fomos fazer um trabalho, colher dados e os dados foram técnicos, não foi simplesmente um relatório, foram dados técnicos. E esses dados técnicos, foram colhidos antes de ingressar com a ação, eu falei com as vítimas, principalmente com Emerald. Sempre

falei com o senhor Emerald, juntamente com as outras pessoas na Casa de D. Alzira. Lá em Corumbiara, falei para o Nenzinho que era Presidente do Sindicato. Disse que não teria certeza da procedência da ação, ingressaria com ação, mas não garantia o direito a nenhum, mas o Estado deveria arcar com o ônus, isso eu disse. Mas que eu talvez não fosse o portador da esperança deles de se efetivar o final, mas disse que ingressaria com uma ação, porque quando eu fui convidado já havia se passado 13 anos do massacre e ninguém havia tentado ainda com os direitos destas pessoas. Houve um advogado que entrou para 27 pessoas mais ou menos, que são vítimas fatais, outro advogado que entrou com ação para 92 pessoas, mas a ação foi arquivada porque não houve a emenda inicial. O que é a emenda inicial? É cuidar dos requisitos processuais do processo, que era dar os endereços das vítimas. E esse advogado não fez isso. Talvez pela mesma dificuldade que eu ainda tenho hoje, que de 204 vítimas, eu tenho mais ou menos umas cinquenta ou sessenta vítimas que eu não consigo localizar, pegar os endereços e documentos, procuração. A mesma dificuldade que teve em 1999 eu tenho hoje em 2013, mas porque eu tenho essa dificuldade? Porque as vítimas estão com medo, tem gente que ouvi dentro de casa porque não podia ir no lugar onde estávamos fazendo um trabalho, eu tive que ir na residência dela, tinha medo, estavam com os olhos esbugalhados. E outras nem queriam vir na cidade, ficaram dentro do mato, escondidas, até hoje tem gente escondida. Outros foram para outros Estados procurar novos rumos, outros foram procurar tratamento que não tem mais cura. Tem pessoas desaparecidas de várias formas. Às vezes o silêncio dessas vítimas que não trouxeram documentos, as procurações, é mais doloroso do que o sofrimento dessas pessoas que estão aqui, muito mais dolorosos, porque não sabemos o que está acontecendo com elas, D. Geraldo, não sabe, Senhor Presidente. Essas pessoas estão desaparecidas, não desaparecidas, talvez por ter morrido ou por ter acontecido alguma coisa grave, mas desaparecidas pelo medo e pela busca de novos rumos. E deixaram o Estado que é promissor, era o Eldorado, e hoje não é mais Eldorado para essas pessoas que saíram do Paraná, Minas, todo lugar.

Assim como a minha mãe chegou de Pau de Arara, no Mato Grosso do Sul, eu tenho certeza que muita gente chegou aqui em Rondônia em cima de um caminhão, para fazer a sua vida e, no entanto, tiveram as suas vidas desfeitas por este fato lastimável, que é o massacre de Corumbiara. Quanto ao processo em si, eu dei entrada, dei entrada em nome de 204 pessoas, aleguei imprescritibilidade do processo. Com que tese eu fiz isso? Eu aleguei a questão da vigência do novo Código Civil, questão dos Menores, do crime contra a humanidade, crime lesa humanidade, crime praticado pelos Militares, tortura e, ainda, amparado nas Leis Internacionais, principalmente, pelo estudo feito pela Corte Interamericana, que é a OEA, um trabalho bem elaborado da OEA, que eu colhi dados do processo da OEA que tramitou também um processo lá. Não foi só aqui em Rondônia que tramitou o nosso processo, não, na Corte Interamericana tramitou um processo contra o Brasil. E ela recomendou ao Brasil que indenizasse as vítimas, isso em 1998 foi recomendado e até hoje ainda está no silêncio. O então Governador Valdir Raupp obedecendo à recomendação, eu creio

através do Governo Federal, baixou a lei com pagamento de dois salários mínimos para as vítimas fatais, aos herdeiros. O então Governador Cassol diminuiu para um, não foram pagos nem um e nem dois, e as vítimas ainda se encontram no silêncio. E só cabe às próprias vítimas reclamarem os seus direitos, nenhuma pessoa pode reclamar, só elas mesmas. Elas podem entrar com uma ação contra o Estado, mas elas têm advogado próprio, se não quiserem terão que procurar outros advogados e elas têm que ter conhecimento disso. Todas as vítimas que estão amparadas por aquela Lei tem que procurar seu advogado e se não tiver, que procurem outro, ou a própria Defensoria Pública, como disse o colega Hélio, que o façam. Não silenciem, porque prescreve, direito a cada cinco anos prescreve. E creio que parte de seus direitos prescritos. Então, tendo entrado com esta Ação, alegando esta tese, o meu medo quando eu alertei a FETAGRO e alertei todas as vítimas que talvez não passasse do despacho inicial, mas prosperou, vingou, passou do despacho inicial, passou. Sai do despacho inicial e já estamos próximo do saneador.

Muitos de vocês, talvez, que falaram aqui, os colegas, Deputados, até o próprio Fábio, falaram da demora do Poder Judiciário em decidir o processo. Muitos colegas advogados sabem que o processo não depende, exclusivamente, do juiz, depende do advogado, depende do rito processual. E para sanear o processo eles têm que estar perfeitos, lá se chama 'Despacho Saneador', é sanear irregularidades. E enquanto essas partes não estiverem representadas no processo, o juiz não pode dar o saneador. O Ministério da Justiça encaminhou o procedimento, processo, um ofício para a juíza solicitando agilidade, o Ministério Público Estadual encaminhou um procedimento, um ofício, solicitando agilidade e a juíza informou a esses órgãos da impossibilidade de despachar com agilidade devido a problemas técnicos no processo, que faltavam essas recomendações. Então digo para vocês que essas irregularidades já foram sanadas parcialmente, porque nós não encontramos todas as vítimas, encontramos parcialmente e apresentamos, já, com a juíza, apresentamos novos documentos, pedi uma exclusão daqueles que não estejam... E, dessa forma, será entregue com outra ação das vítimas que ali estão dentro do processo, mas que serão excluídas para entrar com outros, juntamente com outras vítimas que ainda não têm processo. Eu creio que esse breve relato seja mais esclarecedor, tenha esclarecido mais, Deputado, porque se eu for ficar falando tudo o que eu preparei, eu creio que não sairia daqui, são muitas coisas. Mas disse de um breve relato e assim eu agradeço a todos pela oportunidade.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Doutor Neomaier. Além dos três representantes da Mesa, aqui, das três autoridades, vou abrir aqui para mais três pessoas, em até cinco minutos. O Doutor Rafael Luiz Pereira, Procurador da República do Ministério Público Federal, em seguida o Doutor Cássio Vidal, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB, e o Presidente da CUT, Itamar Ferreira.

O SR. RAFAEL LUIZ PEREIRA – Boa tarde. Eu queria cumprimentar a Mesa, em nome de seu Presidente; eu queria cumprimentar a Audiência. Na verdade, até em primeiro lugar,

porque vocês são quem merecem esta atenção do poder público. Eu quero ser breve.

Eu acho que os principais esclarecimentos, especialmente a respeito da ação que corre na Justiça Estadual e foi ajuizada pela advocacia particular já foram feitos. Eu quero dizer que hoje, e também, porque especialmente hoje, nós que estamos aqui na Mesa, nós que fomos convidados não devemos falar muito. Hoje é dia de ouvir, ouvir vocês, vocês que viveram aquele momento, aliás, hoje é dia para que todos ouçam vocês que estiveram presentes, que testemunharam esse massacre. Sabe por quê? Porque hoje o Ministério Público, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm que prestar atenção para que isso nunca mais se repita no Estado de Rondônia ou em qualquer lugar no Brasil. Além da indenização que é merecida, que é devida, que vocês já deveriam ter recebido há muito tempo, temos que tomar medidas preventivas, temos que prevenir para que não aconteça outro massacre do Corumbiara, outro Pinheirinho, como recentemente aconteceu lá em São Paulo, outros tantos massacres, outras tantas mortes. Estamos tentando sensibilizar, ultimamente, a Magistratura Estadual de alguns problemas da problemática de algumas reintegrações de posse. O Fábio da FETAGRO sabe que a gente, na reunião, com a Ouvidoria Agrária tem tentado resolver alguns problemas que são, totalmente, relacionados a isso, porque mais do que eu, vocês sabem que o direito a moradia, o direito a dignidade humana, o direito de ter o mínimo para uma pessoa sobreviver não é um favor, não é caridade, é direito. Como vocês, como eu mesmo disse como o próprio nome já diz, e esse direito, negar esse direito é que cria todos esses outros problemas. Então, eu, em nome do Ministério Público Federal, peço compromisso de todas as demais autoridades, e estamos dispostos a evitar que essas situações se repitam daqui para frente. Não sei se vou conseguir, não sei se essa tarefa... essa tarefa, aliás, vocês sabem melhor do que eu, não é fácil, é uma das tarefas mais difíceis que temos, mas vocês podem ter certeza, que eu falo em nome do Ministério Público Federal, estamos engajados na luta para que a violência no campo e todas as suas consequências sejam erradicadas de hoje em diante, ou enquanto eu tiver forças para atuar.

Obrigado. É só isso.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Rafael Luiz, Procurador da República e do Ministério Público Federal.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Cássio Vidal, representando a Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. CASSIO VIDAL – Boa tarde a todos, aos Excelentíssimos Deputados e aos demais presentes.

Vou ser bem breve.

A Comissão de Defesa de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia, vem expressar o seu apoio irrestrito ao pleito esposado pelos sobreviventes do massacre conhecido como “Massacre de Corumbiara”. Como uma forma de amenização dos irreparáveis danos imputados aos indivíduos, que na busca de fazer valer a norma constitucional que obriga, seja dada a terra uma função social, foram cruelmente assassinados, mutilados e torturados em

plena égide do estado democrático de direito. O Estado de Rondônia não é debutante nesses episódios de massacres, sejam os ocorridos no âmbito do sistema penitenciário, seja a própria luta no campo, e é certo que temos falhado em assegurar os nossos cidadãos direitos e garantias fundamentais no retrocesso perigoso a toda a sociedade.

Finalizo, ressaltando que a sociedade rondoniense tem que se solidarizar com a causa, mirando de um dia sermos capazes de olhar o próximo como sujeito de direito, principalmente, naqueles casos em que eles são violados e merecem ter atenuado a dor causada pelo conluio entre Estado e uma minoria que deseja sobrepor aos demais.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Cássio.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Central Único dos Trabalhadores de Rondônia, companheiro Itamar Ferreira.

O SR. ITAMAR FERREIRA – Boa tarde a todos.

Saúdo à Mesa, na pessoa aqui, os componentes da Mesa na pessoa do Presidente em exercício, Deputado Cláudio Carvalho; os demais componentes, o Felipe, representando as vítimas; representante da Defensoria Pública; Dom Geraldo; nosso companheiro Presidente da FETAGRO; demais componentes. Uma saudação especial a esses trabalhadores e trabalhadoras vítimas dessa terrível tragédia que vitimou Rondônia à quase duas décadas. Isso é uma ferida aberta que ainda não foi devidamente tratada, está muito longe de ser curada, tanto para os trabalhadores de Rondônia como para os trabalhadores do Brasil. E é sempre importante como vimos aqui, eu já vi esse filme algumas vezes, esses vídeos, essa oportunidade de debater para não perdermos a memória dessas questões, a fim de que tomemos medidas para que não aconteça novamente e principalmente que continuemos perseguindo o objetivo de reparar minimamente os males causados por essa tragédia. E esse é um risco de uma nova Corumbiara acontecer a qualquer momento, estar colocado.

Nós tivemos aqui esse ano, em março, uma decisão judicial da Justiça Estadual bem característico do que é o problema do conflito agrário no Estado, aqui no Setor Chacareiro, aqui na cidade, estava lá o pessoal, as famílias, os trabalhadores, esperando, já sabendo, a polícia pronta para invadir e ninguém sabia o que ia acontecer, porque famílias que estavam ali há 10, 15 anos morando e produzindo perderam seus direitos porque de repente apareceu um título de um suposto proprietário, mas a mesma área era objeto de uma ação de retomada pelo INCRA que entendia que não foi cumprido os requisitos daquele contrato de cessão daquela terra pública. Então temos um conflito de jurisdição na maior parte dos conflitos aqui de Rondônia. A Justiça Estadual, muito célere em reconhecer o direito de propriedade e da reintegração e a Justiça Federal muito mais lenta, que também tem interesse na área, só foi evitada a tragédia porque a GU entrou com embargo de terceiro e pediu que o processo fosse transferido da estadual para a federal já que a União é parte interessada, a Justiça Estadual não teria competência para julgar. E o Juiz

acatou. Mas, lá onde o pessoal, 18 trabalhadores foram condenados na Fazenda Dois Pinguins lá próximo de Corumbiara, lá no local do massacre também a mesma situação, tem conflito, tem duas ações, uma no Estado, outra Federal. O pessoal foi condenado a 10 anos e 06 meses de cadeia e há um processo de criminalização. Mas voltando aqui especificamente, eu acho que todo mundo já falou com profundidade, principalmente as vítimas, já nos deram uma noção do que foi essa tragédia. Portanto, venho aqui mais para propor, na CUT nós estamos muito acostumados a agir para resolver. Nosso sindicalista quer organizar, negociar, tentar resolver, se não conseguir negociar fazer a mobilização, a greve. Vimos aqui para nos colocar à disposição mais uma vez, colocar que a Central vai engajar com mais firmeza daqui para frente ativamente nesse processo. Proponho, Fábio, é uma sugestão para que incorpore na pauta do Grito da Terra as questões relacionadas à Corumbiara e seja protocolado o Governo com uma pauta complementar, para tratarmos com o Governador na reunião que vamos ter na segunda quinzena de outubro.

Eu gostaria de sugerir, Deputado Cláudio Carvalho, e essa, eu acho que nunca é demais debater essa questão, que fosse convocada uma nova audiência dentro de uns trinta dias sobre esse mesmo tema e que as autoridades do Estado não sejam convidadas, sejam convocadas, porque vocês têm poderes para convocar autoridades do Estado. O Estado tinha que estar presente aqui. Isso é um descasos com a nossa Assembleia e com essas vítimas. Então vamos fazer uma nova audiência pública, convocar essas autoridades. Sugiro que seja feita numa quarta-feira, porque aí estarão todos os Deputados, dia de terça e quinta vão ter que estar aqui. Eu gostaria, inclusive, de parabenizar o Partido dos Trabalhadores, porque é o único, salvo o melhor juízo, que está com representantes aqui no Plenário, três Deputados estaduais: Deputada Epifânia, o próprio Deputado Cláudio e o Deputado Ribamar Araújo e os dois membros da bancada federal, Padre Ton e o Anselmo. Devendo registrar, sem dúvida alguma, a importante presença do Presidente Hermínio, do PSD. Mas, nós vamos convidar... sugiro uma nova audiência e, inclusive, nós vamos visitar os gabinetes, falar com os Deputados de todos os Partidos, estão convidados, não é só encaminhamentos que eu gostaria de propor, porque nós temos que manter viva essa mobilização, essa pressão, e fica difícil definirmos, traçar estratégias aqui sem estar o representante do Governo do Estado, que não pagou. Por que não pagou esse tempo todo? Faltou orçamento? Mas tinha orçamento esse tempo todo. Por que veio a lei para reduzir? Discutiu com quem isso? Tem que ter o Estado aqui. São essas as minhas palavras.

Parabenizar a Assembleia pela realização dessa importante audiência.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado companheiro Itama.

Dando sequência, vamos ouvir os três membros da Mesa. Mas pergunto se tem alguém que queira fazer o uso da palavra, rápido. Vereador Bagunça, Vereador de Corumbiara, em seguida vamos ouvir o Bispo Emérito de Guajará-Mirim, Dom Geraldo.

O SR. BETO BAGUNÇA – Em primeiro lugar eu quero agradecer a presença de todos, agradecer a oportunidade e falar em nome dessa população, não só de Corumbiara, mas de outros Distritos, outros Municípios que aqui estão presentes.

Eu quero dizer a Vossa Excelência Deputado, que como já foi dito nesta Tribuna, o Massacre de Corumbiara não terminou, o Massacre de Corumbiara, permanece. Porque hoje temos assentados naquele município, mais de setecentas famílias, não é isso Presidente? E naqueles assentamentos tem um barracão de lona que está se transformando numa favela rural, porque não tem uma água potável, não tem saneamento básico, não tem energia, não tem nada. Então não tem ônibus para carregar as crianças para irem para a escola.

Estive no Gabinete do Padre Ton, semana passada em Brasília, fui muito bem recebido, muito obrigado, também do meu Deputado Federal aqui presente. Eu queria dizer a vocês, ao pessoal não só do Massacre, mas a todos os assentados, que eu não sou do PT, não sou do Partido dos Trabalhadores, mas eu sou um representante do povo e vou lutar com unhas e dentes em favor de vocês.

No mais muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Convidamos, antes do nosso Bispo usar a palavra, o companheiro Vice-Presidente da FETAGRO, o companheiro Lazinho.

Dom Geraldo, só porque ele pediu para usar a palavra, vou deixar o senhor aqui para fechar com a Mesa, após o Lazinho o senhor será o próximo Orador.

O SR. LAZINHO – Obrigado Dom Geraldo.

Eu quero cumprimentar à Mesa, em nome do Presidente Cláudio Carvalho, e dizer para os companheiros que a situação é muito mais difícil do que se possa dizer, se possa colocar com relação à continuidade de vida. Eu não lembro quem citou aqui, ou se nós conversamos isso lá fora. Se o INCRA for assentar, hoje, uma dessas pessoas, eles serão rejeitados. Porque a lei obriga que se faça um exame da saúde dessas pessoas para poder pegar um pedaço de terra. Se não tiver atestado médico, ele não consegue pegar um pedaço de terra para poder trabalhar. Então imagina a situação que está. Essa lei obriga que o postulante a um pedaço de terra faça um exame de saúde e comprove sua sanidade mental, saúde física, tudo. É isso que diz a Lei Federal. Os nossos Deputados Federais estão aqui e podem, inclusive, rediscutir essa lei lá. Agora, eu acho que quando nós pegamos o processo na FETAGRO, e o medo ainda não acabou, é de que isso morresse no esquecimento. E esse ato aqui, companheiros e companheiras que foram atingidos, esse ato começa a despertar uma coisa muito importante no Estado de Rondônia que é o interesse para que as autoridades, como a OAB, a qual agradecemos imensamente a presença, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública possa nos ajudar. Porque o advogado que trabalha conosco, o Dr. Neomar, só está trabalhando porque a sensibilidade dele como pessoa é muito grande, nós não temos dinheiro para bancar, ele não ganha nada para poder está fazendo isso. A Secretaria de Direitos Humanos nos abandonou

no processo, nós estamos tentando esse convênio para poder ajudar e não consegue mais.

Eu vou fazer uma proposta, um pedido aqui, que não brinquem conosco, porque se nós formos para a BR e trancarmos a BR por causa desse processo, nós não vamos abrir mais enquanto não resolver isso no Brasil. Nós não estamos brincando aqui não, porque se tiver que fechar a BR por causa disso... nós estamos levando ao extremo e o extremo já chegou, já chegou ao extremo. Ou o Estado de Rondônia resolve esse negócio ou nós vamos trancar a BR, e fome nós não vamos passar na BR não. Nós vamos para lá e só vamos sair com isso resolvido.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Vamos ouvir agora o nosso Bispo Emérito, de Guajará-Mirim, Dom Geraldo.

O SR. DOM GERALDO – Estou sentindo muita emoção depois de ter visto o vídeo, depois de ter visto todos vocês aqui de Corumbiara, Colorado e outros lugares. Em 33 anos de Bispo de Guajará-Mirim, o maior sofrimento que eu passei foi aquele de Corumbiara. O Massacre começou no dia 9. Dia 9 à noite eu pegava ônibus, mil e duzentos quilômetros para chegar até Colorado, mil e cem antes de Colorado. Cheguei no dia 10 à noite e comecei a ver essa fila de gente esperando para ter o exame médico. Conversei com as famílias que choravam, porque não conseguiram ver os filhos mortos, porque estavam muito desfigurados e tinham levado os corpos deles para Vilhena sem que os pais os vissem. Depois eu fui até o lugar da matança, eu vi as casas queimadas, o pessoal que estava me acompanhando disseram: “aqui houve vários mortos e até corpos foram queimados”. Peguei pedaços de ossos e mandei para exames e o exame deu corpos humanos num lugar de análise, e num outro lugar de análise dizia não, são corpos de animais, e nós deixamos tudo assim. Fomos levados depois pelo Lula até Brasília, e depois de ter conversado com os Deputados e tudo, fomos levados até a Presidência da República. O Presidente não estava lá, quem estava era o Vice-Presidente, Marcos Maciel, e conversamos. E o Vice-Presidente disse: “eu lhes prometo que justiça será feita para o drama de Corumbiara”. Mas a justiça não foi feita. Ela só será feita o dia em que todos aqueles que sofreram receberem a sua indenização. Não desanimem continuem a luta. Estamos sempre com vocês.

Amém.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Dom Geraldo.

Quebrando o protocolo mais uma vez, estão me pedindo ainda, para ouvir o Tijolão do MST. Em seguida vamos ouvir os nossos dois Deputados Federais.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS (TIJOLÃO) – Boa tarde a todos.

O apelido não é o problema, mas se quiser podem usar o meu nome, é Claudinei, mas também atendo como Tijolão sem nenhuma dificuldade.

Companheiros e Companheiras sendo muito breve, dado o avançar da hora.

De forma direta e indireta, podemos dizer que o MST e a Via Campesina, que é uma articulação que envolve o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB; a Comissão Pastoral da Terra – CPT; o CIMI, que é o Conselho Indigenista Missionário do Brasil e também o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. De forma direta e indireta, podemos dizer, desde o massacre, essas organizações pela sua militância, esteve acompanhando de perto ou de longe ou pelas informações dos últimos períodos, que a própria Federação com muita competência e com muita garra assegurou, tomou para si essa árdua tarefa. E nesse sentido, não teria nenhum motivo eu vir aqui em nome da Via Campesina e do MST a não ser para somar à proposta que o meu querido Lazinho aqui trouxe, que é de uma possibilidade, hoje, apenas uma possibilidade, mas naquilo que depender do MST, da Via Campesina, nós podemos marcar o dia de parar a BR em Rondônia, porque estou aqui desde o início e ao meu lado um companheiro da região comentou de uma situação que o Fábio retratou que é lá da regional, da mata, na área coordenada, hoje. Um esquema de pistolagem pesada no Cone Sul do Estado e esse esquema de pistolagem no Cone Sul do Estado tem nome, tem endereço. A polícia já apreendeu armas nas propriedades do senhor Ilário Bodanesi, empresário, sojeiro, grileiro de terra pública naquela região.

Nós tivemos a oportunidade de juntos, acompanharmos uma audiência da Ouvidoria Agrária Nacional em Vilhena e de forma muito descarada, ele, com outros grileiros de terra naquela região querendo que o INCRA e o MDA regularizassem quase 11 mil hectares de terra do exército para três grupos de sojeiros, enquanto a mesma área, o próprio exército durante quinze dias, salvo engano, fez uma vistoria em campo e constatou 78 famílias de chacreiros que sobrevivem lá com um pouco mais de três hectares de terra cada uma. Lá nós podemos sentir o calor do que é fazer a luta pela terra em Rondônia e ter que confrontar o agronegócio modelado de pecuária de gado de corte em Rondônia.

Quero dizer que o tema do massacre de Corumbiara não é um tema deslocado da conjuntura do Estado, ele é um tema que está bem colocado e ele é atualizado todos os dias. Atualizados pelos conflitos agrários que nós temos no Estado, ele é atualizado quando a Polícia Militar do Estado de Rondônia desde a época do massacre de Corumbiara, manda prender, como prendeu o nosso companheiro Udo, em Vilhena, ao fazer militância em prol da luta pela terra. Ele é atualizado todos os meses e semanas que nos vem na memória os tantos e tantas que tombaram na luta pela terra, Irmã Dorothy, Padre Ezequiel Ramin, tantos outros. Corumbiara faz parte deste rol da disputa, da luta pela terra no Estado e no Brasil. Só para termos uma ideia do tamanho do agravamento dessa situação no Estado, hoje 75 mil famílias de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária que tem mais ou menos 60 a 240 hectares de terra, controla o nosso Estado, Senhor Presidente, algo em torno de três milhões de hectares de terra. Enquanto de outro lado, um grupo, não muito mais do que esse de fazendeiros que tem entre quinhentos e dois mil hectares de terra, controla mais de cinco milhões de hectares de terra em Rondônia. Então esses dados são reveladores e nos deixa sob alerta de que esses conflitos hão de continuar, e talvez os movimentos sociais

vão ter que usar da inteligência, mas também com a disposição de colocar os pés na rua. De novo endossando aqui a palavra do Lazineho, e ainda bem que isso aqui tudo está sendo gravado, porque se o mês que vem nós decidimos travar as BRs, o Governo já teve tempo suficiente para dar o mínimo de resposta, principalmente às famílias que são do massacre de Corumbiara, no mínimo uma reunião do próprio Governador para tratar esses assuntos. Então, peço em nome da Federação que está gravação possa chegar ao governo do Estado, porque aqui foram muitas falas, o filme é revelador. Por último, endossando a proposta do meu querido Lazineho, dizer que nessa paralisação da BR, como demonstração de compromisso feito pelos quatro Deputados estaduais que aqui estão e pelos dois Deputados federais, não nos deixem sozinhos na BR, não nos deixem sozinhos na BR, vai ser um ato de demonstração de que esta Casa vai pressionar até as últimas consequências dentro da sua legalidade, o Estado de Rondônia, o Governador de Rondônia a reparar os danos de Corumbiara, porque se ficarmos sozinhos, nós sabemos com quem nós vamos duelar na BR de novo. É com a polícia militar, que o Governo do Estado não tem nenhum controle, o Governo do Estado não tem nenhuma segurança, quando o assunto é para ser tratado com a polícia. Então reiterando o nosso compromisso de movimentos sociais, nós vamos ficar sob alerta da federação, que é a entidade, a organização, hoje, que tem tomado para si esta tarefa de discutir o tema de Corumbiara e nós vamos engrossar essas fileiras da BR, porque Corumbiara... são tantos outros processos de reintegrações de posse e conflitos no nosso Estado.

Muito obrigado, em nome da Via Campesina.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, companheiro Claudinei.

Desculpe-me, porque o nome que chegou aqui foi o apelido, mas estão me dizendo o seu nome, que é Claudinei, parecido com Cláudio.

Vamos dar continuidade.

Estão me pedindo mais uma vez, antes de ouvir os dois Deputados Federais, para darmos oportunidade ao Everaldo. Ele é o Presidente de uma entidade ligada às vítimas de Corumbiara.

O Everaldo, da CODEVISE, está dispensando o depoimento tendo em vista a questão do tempo, também. Obrigado, Everaldo.

Então, convidamos para fazer uso da palavra, o representante da Agricultura Familiar em Rondônia e no Brasil, meu amigo Deputado Federal Anselmo de Jesus, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANSELMO DE JESUS – Quero cumprimentar o Deputado Cláudio Carvalho, ao mesmo tempo parabenizá-lo porque foi ele quem teve essa iniciativa de requerer essa Audiência Pública; cumprimentar aqui o meu colega Deputado Padre Ton, nosso amigo da Defensoria Pública, também o Felipe que representa as vítimas, também o Vereador Nenzinho, o D. Geraldo; nosso Presidente da FETAGRO, Fábio. Quero cumprimentar aqui o Lazineho, e em nome dele eu quero cumprimentar a todos aqui presentes, e dizer que mesmo com essa dificuldade eu fico satisfeito por realmente ter uma audiência dessa natureza. Que

possamos tratar desse grande problema. Problema esse, que enquanto Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Ji-Paraná... vivenciei isso antes, no processo de mobilização daquele acampamento, também estive lá presente no massacre, inclusive, junto com o Presidente Lula, na época não era Presidente. Estive acompanhando inclusive aqueles que foram assentados lá em Theobroma. Estive também acompanhando essa mobilização em Brasília, quando tratava daqueles que ficaram sem assentar, tratava dessa situação das vítimas, acompanhei isso em Brasília. Estive acompanhando isso na Secretaria de Direitos Humanos, onde naquela época tratamos juntos com a FETAGRO esse curso para que o Dr. Neomaier pudesse realmente fazer esse grande levantamento que fez aí. Quero também, nesse momento cumprimentá-lo. Venho acompanhando esse episódio e continuo, enquanto Deputado, também acompanhando, mas tem alguns momentos que ficamos preocupados, e sabemos também o que é ser realmente uma vítima. Eu me lembro, eu interrompi o mandato, fiquei oito anos Deputado, acompanhando isso também, depois assumi a Secretaria de Estado da Agricultura desse governo e eu me lembro quando o Lazineho, era Presidente da FETAGRO, na época, onde ele fez uma denúncia para mim, enquanto Secretário de Agricultura, da possível suposta, na Fazenda do Ilário Bodanese, a presença de pistoleiros, com armas. Na época eu levei ao nosso Secretário de Segurança Pública, o Bessa, e ele foi lá, realmente detectou e apreendeu e prendeu essas pessoas. Só que, o então Secretário de Agricultura, hoje, Evandro Padovani, que é daquela região, também fez a mesma denúncia logo, um mês após, ao Governador do Estado. Só que ao inverso, dizendo que lá tinha pessoas, os sem-terra que estavam armados, que estavam correndo um risco muito grande na região e lá o Governador fez a mesma coisa e encaminhou o Secretário de Segurança Pública e naquele momento foram e pegaram como vítima, como boi de piranha o nosso Presidente do Sindicato, hoje também, assessor, que nos assessora naquela região, e ele levou oito meses de cana nas costas. Agora, enquanto encontrou um arsenal de armas, enquanto encontraram os pistoleiros, nada aconteceu com eles. E lá, hoje, o Udo responde por um processo, e não só ele como outros também estão respondendo. E nós enquanto Deputado, também passa por esses momentos e ficamos muito machucados com essa situação. Mas nós estamos, quando eu falo para vocês que nós estamos acompanhando isso de perto... nós tivemos a presença do Vereador Nenzinho, Vereador Geraldinho lá de Corumbiara, lá em Brasília, onde estivemos junto com eles numa audiência com o Senador Acir, tivemos uma audiência com o João Paulo e naquele momento o João Paulo foi o autor do projeto que anistiava, até porque nós temos o Cícero e o Claudemir que foram condenados também naquele massacre. Tinha um projeto de lei do Deputado João Paulo Cunha que anistiava essas pessoas no processo e nós estivemos juntos com o Ministro Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça, dialogando. Se queremos realmente anistiar aquelas pessoas, teremos que também embutir esse policial para que possamos ter vitória, principalmente na Comissão de Constituição e Justiça, daquela CCJ. Então, por mais que a gente seja um Deputado Federal, tem hora que realmente nos deparamos com essa situação. E acompanhando isso,

deparei cinco anos, com Secretário lá, depois deparei na CCJ junto com o João Paulo e agora, recente, toda essa mobilização do Grito da Terra Brasil, um dos maiores instrumentos de fazer política para a agricultura familiar no Brasil hoje. Sabemos que as conquistas que se teve até hoje nesse Brasil, não saíram de quatro paredes, saiu das ruas. Esse instrumento é um instrumento legítimo que foi construído, eu participei da construção disso, ainda no Departamento Rural da CUT e aí, quando houve aquela mobilização aqui, que ocuparam a ELETROBRAS e que eu estava negociando a vinda do Presidente Madureira, ou de algum representante do Ministério de Minas e Energia, representante do INCRA, para tratar também das estradas de Corumbiara que precisam ser feitas, no local onde aquelas últimas pessoas foram assentadas. Aconteceu que isso começou a demorar e houve aquela ocupação onde o pessoal entrou lá, e nem entrava, nem saía ninguém. E ali eu fiquei dois dias negociando, fazendo essa intermediação. Só assim que realmente conseguimos fazer com que a Vice-Presidente do INCRA descia a Rondônia e que o Ministério de Minas e Energia, junto com a ELETROBRAS garantiram uma audiência para a semana próxima, com cinco lideranças do Grito da Terra Brasil, inclusive, para dialogar essa questão de Corumbiara, que trata do Luz Para Todos, que trata da questão da habitação, que trata da questão das estradas. Eu tive que realmente buscar o meu Presidente e justificá-lo porque eu tinha que vir a Rondônia, porque naquele momento tínhamos que realmente intermediar essa negociação. E lá também aconteceu a votação que liberou o Deputado Natan Donadon. Mas o que é mais engraçado é que hoje eu estou sendo acusado, não sou eu quem está sendo acusado, está sendo acusado o Partido dos Trabalhadores, que foi um que correu de lá para não votar pela cassação do Deputado Natan que é lá do Cone Sul também. Eu estou sendo acusado, mas está sendo acusado o Partido dos Trabalhadores. Agora, eu nunca vi ninguém falar, porque na época o Raupp era Governador de Rondônia, hoje o Confúcio é Governador de Rondônia, e eles são do PMDB. Eu nunca vi ninguém acusar que esse massacre, essa responsabilidade é do PMDB. Nunca ouvi falar isso. Hoje, se pegar o site de Rondônia, todos estão falando que eu me omiti em cassar o Deputado, porque se eu estivesse lá eu votava pela cassação dele, porque ele como Deputado, ele teria que ser o cara que desse exemplo para que realmente pudéssemos cumprir a lei no nosso País. Então, nós estamos passando por isso. Mas, isso não nos interessa. O que interessa é a responsabilidade dos entes federados que nós temos que correr atrás, e essa é a responsabilidade que eu tenho com as vítimas do massacre de Corumbiara. E aí nós estamos dialogando essa questão das estradas, o Fábio falou aqui. Quer dizer, nós, essa mobilização do Grito da Terra Brasil, vocês sabem quem mais foi beneficiado nesse Grito da Terra Brasil? Foi o Governo do Estado de Rondônia, porque esse governo está falido. Só nessa negociação eles conseguiram vinte e cinco milhões do INCRA para poder fazer estradas para os assentamentos no Estado de Rondônia. A FETAGRO teve também, na Caixa Econômica, onde conseguiu duas mil habitações rurais, que isso hoje dá em torno de mais de sessenta milhões que está vindo para o Estado de Rondônia também. E o governo não nos atendeu, não atendeu esse povo, não negociou com esse povo. Quer

dizer, vejam bem, mesmo ele sendo beneficiado, ele não atendeu. E aí nós tiramos esse encaminhamento. Quer dizer, acho que diante dessas estradas, Fábio, diante desses vinte e cinco milhões... eu quero acreditar que dali sai às estradas daqueles que estão assentados lá em Corumbiara e isso bem breve. Eu acho que diante dessa negociação com a Caixa Econômica, dali pode também sair às casas dessas pessoas. Isso é papel do Governo Federal. Temos essa grande negociação, e estamos nos organizando juntamente com o Deputado Padre Ton, na quarta-feira, nós vamos sentar com a ELETROBRAS, vamos sentar com o Ministro de Minas e Energia e ali nós queremos arrancar, também, o Luz Para Todos, para aquelas pessoas, porque o Programa já está em fase final, mas nós temos a necessidade de arrancar também a energia. O Governo Federal pagou mais de cinquenta milhões naquela área, e foi naquela área que aconteceu o massacre. Agora está propondo fazer as estradas, mas nós queremos conseguir também, a energia e a moradia para aquele pessoal. Então, a gente avança enquanto Governo Federal, se isso acontecer, e eu quero acreditar que vai acontecer. Espero que Deus nos ajude para que possamos ter essa notícia bem breve dessa conquista. Agora, nós precisamos sim... o Deputado Cláudio Carvalho assumiu esse compromisso e a Bancada Federal não vai ser omissa para que possamos fechar. Tenho certeza que não vamos fechar o compromisso de resgatar tudo que vocês perderam, mas pelo menos um pouquinho daquilo que vocês perderam, porque muitas vezes as pessoas não têm olhado isso.

Um dia desses, quando fui tomar posse, agora, no mês de janeiro, como Deputado Federal. O Sales, que era o Secretário da EMATER, foi na minha posse, e lá o apartamento que eu moro é no terraço, em cima, e ele estala muito de noite. Aí, quando foi no outro dia de manhã eu falei: - E aí, Secretário, você dormiu bem? Ele falou assim: - Anselmo, eu não dormi bem. Eu falei: O que aconteceu? Ele falou assim: - Anselmo, eu não sou mais aquele homem que eu era. Aí eu falei: - Mas por quê? Ele falou: - Porque um dia, um bandido entrou lá em casa e me pisou na garganta e botou um revólver dentro da minha boca. Nós estamos falando de um Secretário, um cara esclarecido, um cara vivo, e naquele momento que ele estava falando eu lembrei do massacre de Corumbiara, quantas pessoas não estão iguais ao Sales, que é capaz de dizer: "hoje eu não sou mais aquele mesmo". Então, vejam a dívida que a União tem, a dívida que esse Governo do Estado tem com esse povo. Não podemos admitir de forma alguma que não façamos pelo menos o mínimo que é possível, enquanto Governo Federal, enquanto Governo do Estado. Agora, nós assumimos esse compromisso enquanto Governo Federal de como a gente buscar junto com a FETAGRO, junto com a bancada para que possamos honrar vocês com o mínimo. Agora, nós não podemos admitir é que o Estado, que o PMDB, fique de braços cruzados e não entre nessas fileiras, pelo menos para chegar lá e pedir desculpas. Nós estamos aqui pelo menos para poder resgatar parte dessa dignidade que essas famílias perderam com esse massacre.

Uma das comparações que eu sempre faço, Eldorado dos Carajás, está ali o Tijolão, Claudinei, que pode dizer isso, coordenado pelo MST, teve um massacre logo em seguida, e

isso já está tudo resolvido hoje, não está resolvida a vida daquelas pessoas, totalmente, mas isso que vocês estão pedindo o governo do Pará já atendeu. É uma situação complicada, porque se hoje fizer lei neste Estado e não serve para nada, nós temos que realmente buscar ver o que é, o que está acontecendo, se é uma intervenção do Governo Federal neste Estado, porque se a lei não serve, e até mesmo a lei que os Deputados fazem não é cumprida pelo Governo do Estado, tem algo errado. Portanto penso que temos que dialogar com o Ministério Público sim, temos que dialogar com o Poder Judiciário sim, porque nós temos que fazer realmente que o Governo deste Estado cumpra a lei. Porque a partir do momento que ele não cumpre a lei para beneficiar esses que estão aqui... porque dentro desta Casa aqui no Governo passado, esses fazendeiros receberam Moção de Aplauso aqui, no governo passado esses que realmente eram pretensos donos, porque não cumpriram com os CETPs, que era o Contrato de Alienação de Terras Públicas, esses já foram homenageados aqui. Agora, esses estão falando pela primeira vez, graças ao Deputado Cláudio Carvalho, traga-o aqui e nós arrancamos esse compromisso tanto da Bancada Federal como da Bancada do Estado e também das organizações que estão aqui apoiando, que são parceiras de vocês.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Anselmo de Jesus.

Agora eu convido para fazer uso da palavra o Deputado Federal Padre Ton, também do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PADRE TON – Eu pensei que era o Bispo que ia dar a benção final, não é, sobrou para mim.

Quero iniciar saudando o Presidente Cláudio Carvalho, o proponente da audiência pública; o Deputado e companheiro Anselmo de Jesus, que na Câmara faz parte da Comissão de Agricultura. Quero saudar o Nenzinho que é o Presidente da Câmara de Vereadores de Corumbiara que correu atrás e sempre esteve insistente por essa audiência pública. Quero saudar o Dr. Hélio Vicente que é representante da Defensoria Pública. A Defensoria Pública de Rondônia tem disponibilizado dois Defensores Públicos Agrários para acompanhar os conflitos, já que é um problema seriíssimo dos trabalhadores ter advogados, não é, ter advogados, até o Udo. O Udo esteve preso, um vereador de Chupinguaia e dois outros trabalhadores rurais que estão soltos hoje graças, é claro, a luta do movimento sindical, mas teve a defesa do Eduardo Greenhalgh, no Supremo Tribunal Federal. Uma decisão que poderia ser tomada aqui teve que subir, e o Greenhalgh, que é uma pessoa muito comprometida se dispôs, eu assisti no dia que ele fez a defesa oral, imediatamente mandaram soltar os companheiros. Eu quero dizer dessa carência grande de advogados, e saudar o Dr. Neomaier que é um advogado popular, da comunidade da igreja. Conheci você quando eu cheguei aqui em Rondônia no encontro da Diocese de Ji-Paraná.

Temos que ter os advogados populares, por isso que é importante os filhos dos agricultores, os filhos dos movimentos que vão estudar fora, em Cuba, na Venezuela, e aí agora estão, graças a Deus... com mais médicos vão conseguir regular sua situação e poder trabalhar aqui no Brasil. Nós temos o filho do falecido, que foi prefeito de Ouro Preto, o Piau, que é médico, que se formou em Cuba. Temos muitos estudantes dos movimentos sociais que estão estudando, ou que estudaram em Cuba e que tem essa dificuldade de legalizar a sua situação. Eu quero aqui cumprimentar o Dom Geraldo Verdier, que é Bispo Emérito, Bispo Emérito é aposentado já, mas ele é francês e escolheu ficar aqui e a diocese dele é grande.

Quando o Bispo falou que viajou de ônibus no massacre, eu não estava aqui. Vim para Rondônia trabalhar como missionário no ano 2000, eu conheço a história porque eu gosto de ler, e esse massacre de Corumbiara toca todas as pessoas, todas as pessoas de Rondônia seja de Corumbiara a Ponta do Abunã, em Alta Floresta, eu gosto de perguntar porque todas as pessoas acabaram se preocupando e se preocupam e guardam esse trauma até hoje. É um trauma que precisa ser superado, e o Dom Geraldo Verdier... a diocese dele é uma diocese que foi numa das cidades mais antigas de Rondônia.

Sou muito amigo da Janete Capiberibe, ela ligou ainda há pouco, ela é a Deputada Federal do Amapá, esposa do ex-governador do Amapá, era a mãe do governador e ela... eu lendo a história, quando eles fugiram do Brasil, eles saíram por Guajará-Mirim. Ela e o marido saíram perseguidos pela ditadura militar. A diocese de Guajará, ainda tem a 429 toda, ele tem que entrar na BR-364 para poder passar pela Diocese de Ji-Paraná, Porto Velho, para poder visitar Colorado, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara, Pimenteiras, e depois também tem ali São Miguel do Guaporé até Costa Marques. Um homem de luta e que testemunhou esse momento vergonhoso na história de Rondônia. Portanto, Rondônia precisa realmente assumir e curar essa ferida.

Quero saudar o Fábio que é uma liderança jovem. O Fábio ligava toda hora, ele estava essa semana nas manifestações por uma resposta da ELETROBRAS, uma resposta do INCRA, ele ligava, passava mensagem, passava de noite... vocês têm uma liderança jovem e uma liderança realmente comprometida, nessa questão do Cone Sul de Rondônia. O Fábio esteve junto com o Itamar, da CUT, nessa luta e conseguiram que o Greenhalgh, um advogado renomado pudesse sair lá de São Paulo e ir à Brasília fazer a defesa oral dos companheiros. O Felipe que representa as vítimas do massacre, liga direto. No dia que o Cláudio está também no distrito, ele liga direto e insiste, não esquece, e assim que tem que ser. Também em Rondônia, nós somos Deputados federais, eu e o Anselmo. Essa é uma questão que não é só do Estado de Rondônia, não é uma responsabilidade só do Estado de Rondônia, como disse o Dr. Neomaier. Rondônia foi condenada, o Brasil foi condenado pela OEA – Organização dos Estados Americanos, a pagar esta dívida e essa é uma dívida do Brasil, e se Rondônia não cumpre, nós como Parlamentares Federais temos que pressionar a União a fazer com que Rondônia possa cumprir.

No massacre de Corumbiara, além das vítimas que foram apresentadas e outras vítimas, como Dr. Neomaier falou que não pode localizar, nós temos pessoas ainda asiladas, fora do Estado, e têm dois Padres que são irlandeses, eles constantemente estão no nosso gabinete, de Osasco. Lá em Osasco eles criaram um movimento em outro Estado, de defesa das vítimas do massacre de Corumbiara, esses Padres já estão idosos, eles são missionários e estão preocupados porque um já voltou, e o outro tem que voltar para a Irlanda. Quando o Anselmo falou desse Projeto de Lei... o João Paulo Cunha, queria estar aqui hoje, ele mandou um abraço para todos e que são solidários com vocês, o João Paulo é Deputado Federal por São Paulo e ele é o autor do Projeto de Lei de Anistia desses dois irmãos nossos massacrados em Corumbiara. Eles não podem voltar para Rondônia, estão escondidos, estão escondidos em algum lugar fora do nosso Estado. E esse dois Padres, eles militam nessa tramitação desse Projeto de Lei da Anistia. Eles estão constantemente de Gabinete em Gabinete fazendo pressão.

Tivemos em Audiência com o Ministro da Justiça, o Anselmo estava, com a Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos e também com a Liderança do Governo, com o Presidente da CCJ da Comissão de Constituição e Justiça e o Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, teve um voto em separado, porque precisamos entender que é muito difícil, temos que aprender a votar também. Quando ontem, o Natan Donadon, foi absolvido, eu votei, estava lá, votei sim e o voto é secreto nem eu vi meu voto, e não tive certeza se eu votei sim, mas eu votei até duas vezes, eu votei até duas vezes porque não aparece o voto, e nós temos que quebrar essa questão do voto secreto. Ligou ainda há pouco uma repórter do UOL, querendo saber de mim qual Parlamentar... eles acham que eu posso dizer quem votou pela não cassação, pela não cassação. Nessa situação podemos vê a configuração da Câmara dos Deputados, a configuração da Câmara dos Deputados estaduais, não é? Temos que aprender a votar. Por exemplo: esse voto em separado contra a anistia, foi de dois Deputados de Rondônia nesse PL 2.000, foi do Moreira Mendes, que defende os ruralistas e o Marcos Rogério, de Ji-Paraná, votaram em separado e a condição de votar na CCJ o Projeto, seria incluir a anistia para os policiais. E aí nós tivemos que sentar com o Ministro da Justiça, com os parentes e tivemos que aceitar a inclusão dos militares na anistia, porque eles alegaram que os militares eram pau mandado do Governo naquele tempo. Foi aprovado na CCJ. E a Câmara dos Deputados, é opaca, esse Projeto ainda tem que ir para Plenário. Portanto, elogio a mobilização, tem que haver mobilização, vocês estão de parabéns e tem que haver mais mobilização. Uma sugestão para o cumprimento da anistia, é termos uma comissão com os Deputados Federais, Estaduais e vocês, para que além de haver mobilização na rua, como foi sugerido a manifestação popular de fechar a BR, nós buscarmos audiências com o Governador, com a Juíza, em relação ao próprio Projeto. E também, nós precisamos buscar audiências com o Ministro da Justiça, com a Secretária Nacional de Direitos Humanos, porque no Estado de Rondônia não temos

uma Secretaria de Direitos Humanos ligada a Secretaria de Segurança. Já foi pedido porque... eu nem vou repetir a questão da violência no campo, nós temos bons Promotores, mas temos Promotores muito ruins, nós temos bons juízes, mas nós temos juízes muitos ruins, que são contra os trabalhadores. Portanto, precisamos fazer eco, ter uma anistia internacional. Além da OEA, tem a ONU, tem a ONU, é interessante ter essa Comissão para que faça com que tanto o processo ande com maior rapidez e sai o veredito quanto também... como já tem os Projetos de Lei, não precisa mais de Projetos, os Projetos precisam ser cumpridos, os Projetos precisam ser cumpridos, e se já temos exemplos de Projetos que não são cumpridos, precisa de pressão.

No dia 05 de Outubro, é o aniversário de 25 anos da Constituição, da Constituição Cidadã. Os índios vão invadir Brasília, vão fechar. Foi muito importante quando os índios ocuparam o Plenário Ulisses Guimarães, que os Deputados subiram correndo com medo, paralisaram as votações e o Presidente da Câmara teve que negociar, teve que negociar. A mobilização é importante, como o Anselmo levantou, através da mobilização vocês estão ajudando o próprio Estado de Rondônia ser mais justo e assumir a cura das suas feridas, ser mais justo e assumir a cura de suas feridas. O que eu tenho a dizer é que, contem comigo, contem com o meu trabalho, o meu mandato. O meu ofício na Câmara é defender os fracos, porque eu não devo a ninguém, ninguém pagou a minha campanha, eu não vivo da política, e se eu deixar de ser político, eu volto a ser Padre, porque não tem quase padres. Desempregado é que eu não vou ficar, desempregado é que eu não vou ficar e o Bispo está aqui de provas.

Eu agradeço vocês. Semana que vem, é uma semana de luta, eu gosto de partilhar um pouco. Nós participamos juntos lá do Núcleo Agrário do PT, é um grupo de Deputados Federais que discutem a questão agrária, e eu sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

Nós impetramos um mandado de segurança para parar a tramitação da PEC 215 e graças a Deus caiu na mão do Ministro Barroso, por isso que eu estou falando que é importante um grupo sair daqui uma equipe de Parlamentares Federais e Estaduais, e representantes dos movimentos, por quê? Porque, nós podemos fazer pressão política. Por exemplo: para sair à demarcação das terras indígenas, a decisão do Supremo sobre as terras indígenas dos PATAXÓS HÃ-HÃ-HÃES na Bahia, que tinha como relatora a Ministra Carmem Lúcia. Portanto, é bom incluir a CNBB nessa Comissão. Nós pedimos Audiência com a Ministra que era relatora, não para pedir para ela tomar decisão por nós, mas para sensibilizá-la. Foi o Presidente da CNBB, os Deputados Federais e o relatório da Ministra foi favorável. Numa questão judicial que é Justiça Estadual, nós podemos buscar uma audiência para pedir celeridade ao Conselho Nacional de Justiça. O Joaquim Barbosa, nos concedeu uma audiência, em abril, ele recebeu os índios, e nós pedimos: "Ministro, a nomeação do relator para as 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol." A comissão serve para fazer esse tipo de ação. Ontem, ontem à noite, nós fomos ao líder do Governo, Arlindo

Chinaglia, para pedir a ele que converse com a Presidente, que tire o Projeto, tire o Projeto de pauta por quê? Porque os ruralistas estão segurando e chantageando o Governo. Aquele Projeto vai se transformar numa arma contra os trabalhadores. A Comissão é importante. Portanto, é importante a mobilização. Eu não creio mais somente na democracia representativa. Não cremos porque vocês viram o que aconteceu ontem, e não cremos, por quê? Porque o Parlamento é opaco.

Na Câmara dos Deputados só tem 46 mulheres, 20 negros, nenhum índio e 250 ruralistas e 350 empresários. Tem que sempre haver mobilização, tem que vir para o Parlamento, tem que ocupar o Parlamento para fazer com que o Parlamento faça cumprir a Constituição. Está ok?

Felicidades.

Que Deus abençoe.

A luta continua, e a vitória sempre, porque a verdade vos libertará.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Padre Ton.

Registramos a presença do Prefeito de Castanheiras, meu xará Cláudio; do Secretário Fredimar e do Vice-Prefeito Claudimar. Obrigado pela presença.

Nós estamos chegando ao fim da Audiência, mas eu gostaria de colocar ainda Deputado Padre Ton, alguns encaminhamentos.

Primeiro, novamente dizer que a Audiência está sendo gravada, nós vamos encaminhar cópia aos órgãos competentes, ao Governo do Estado de Rondônia, ao Tribunal de Justiça, e depois eu vou conversar com a FETAGRO, e com os Vereadores para mais alguns encaminhamentos para ver para quem vamos mandar além desses órgãos. Além do mais as propostas que foram colocadas aqui, a grande maioria, eu acredito que é viável. Vai ter um espaço depois num outro dia, se não hoje, mas, para fecharmos os encaminhamentos totais que foram encaminhados aqui.

Eu tenho aqui também, Deputado Anselmo, duas proposições, uma desse Deputado apenas, do Claudio Carvalho, que visa um Projeto de Lei que vai instituir o dia 9 de agosto como o dia de alusão e reflexão às vítimas do massacre de Corumbiara. Será apresentado, está aqui em minhas mãos, será apresentado nesta Casa amanhã pela manhã. Também temos outro aqui, são dois. Esse aqui, também eu acho que já é encaminhamento, seria por um acaso, já estava pronto é de autoria desse Deputado junto com o Presidente Hermínio. Esse, convoca uma Sessão Itinerante Extraordinária na região do Cone Sul do Estado de Rondônia e transfere a sede do Poder

Legislativo para o município de Colorado do Oeste. Isso significa que no dia 10... propondo para o dia 10 de outubro de 2013 a partir das 15 horas. Será apresentado amanhã, eu acredito que não vamos ter dificuldades para aprovar nesta Casa, na Sessão de terça-feira. Sendo aprovado na terça-feira, será feita a Sessão Itinerante no dia 10 de outubro lá em Colorado do Oeste. Já aproveitamos para convidar todos que estão presentes. Tenho aqui outra Audiência para Cerejeiras. Vai que entrar num consenso, mas vai ter com certeza, a audiência no Cone Sul do Estado, e vamos discutir também essa questão de Corumbiara, que não tenho dúvida que tem uma importância muito grande.

E por fim, vamos ter agora, um coquetel aqui no salão do lado, convido todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre.

Está encerrada a Audiência.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 44 minutos).

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº 019/2013-P/ALE

Nomeia Deputado como membro titular na Comissão Permanente que menciona.

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO,
no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o **Deputado Ribamar Araújo - PT**, como membro titular na Comissão de Agropecuária e Política Rural, em substituição ao **Deputado Flávio Lemos – PR**.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 17 de setembro de 2013.

Deputado HERMÍNIO COELHO

Presidente – ALE/RO

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**PORTARIA Nº 018 SPMG-ALE/2013**

Porto Velho, 17 de setembro de 2013.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2013-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 2.961, de 28 de dezembro de 2012, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.11	100	11.000,00
TOTAL				11.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA				
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.96	100	11.000,00
TOTAL				11.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão